

Abong

Relatório Trienal
2013/2016

Sumário

2 *Apresentação*

3 *A conjuntura e os direitos*

4 **Novos desafios para as Organizações da Sociedade Civil**

5 **As OSCs e o Poder Público**

7 **Participação Social**

8 **Prioridades: a agenda política da Abong**

9 *Incidência: mobilização e comunicação para a conquista e garantia de direitos*

10 **Marco Regulatório: nenhum passo atrás!**

15 **Observatório da Sociedade Civil**

18 **Novos Paradigmas de Desenvolvimento**

20 **Campanha TTF Brasil**

22 **Reforma Política**

23 *Plebiscito Constituinte*

24 **Fórum Social Mundial**

26 **Agenda 2030**

30 *A sociedade civil e o futuro dos ODS*

31 *Fortalecimento da base associativa*

32 **Projeto Compartilhar Conhecimento**

32 *Mobilizar para compartilhar*

33 *Formação presencial e à distância*

35 *Educação à Distância (EaD)*

35 *Biblioteca Digital Brasileira de OSCs*

37 *Programa Orientação Jurídica*

38 **Projeto Comunicação e Direitos Humanos**

39 **Comunicação: uma política de fortalecimento**

40 *Campanha de filiação*

42 *Outros caminhos percorridos...*

43 *Gestão da Abong: uma experiência em construção*

44 **Desenvolvimento institucional: monitoramento e avaliação**

45 **Olhando para o futuro**

46 **Organizações associadas à Abong por região**

49 **Demonstrativo financeiro**

Apresentação

Construir um ambiente favorável para a atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Essa foi a meta maior que direcionou grande parte das ações da Abong durante o triênio compreendido entre fevereiro de 2013 e março de 2016. O período contemplou importantes estratégias desenvolvidas junto à base associativa da Associação, além de outras organizações, coletivos e movimentos sociais, bem como Poder Público, imprensa e sociedade em geral.

As próximas páginas trazem um conteúdo analítico, que traça paralelos entre o trabalho realizado pela Abong e o ambiente político, econômico e social nos âmbitos nacional e internacional. O objetivo dessa publicação é demonstrar a ação e o papel das Organizações da Sociedade Civil que atuam pela defesa de direitos e bens comuns diante dos acontecimentos que têm relação direta com esse campo.

O Relatório Trienal 2013-2016 apresenta as metas definidas em assembleia, realizada em fevereiro de 2013, os projetos desenvolvidos ao longo desse período, o modelo de governança e a ação em rede implementados, bem como as parcerias conquistadas e fortalecidas. Ao mesmo tempo, lembra de eventos que impactaram as estratégias e ações da Abong e de sua base, tais como as mobilizações de junho de 2013, as eleições presidenciais de 2014, o fortalecimento da bancada conservadora no Congresso Nacional, bem como disputas, retrocessos e violações de direitos, tais como os impactos das grandes obras, as políticas do agronegócio, o debate em torno da redução da maioria penal, o genocídio de jovens negros/as e pobres, a violação dos direitos dos povos indígenas ou a violência de gênero contra mulheres e comunidade LGBT. No contexto internacional, o documento trata ainda da organização e realização do Fórum Social Mundial 2015 em sua segunda edição na Tunísia e das articulações internacionais entre organizações e redes da sociedade civil pela aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

É indiscutível o fato de o período ter sido marcado por tensões e disputas sociais, de classe, partidárias,

econômicas, religiosas e ambientais. Isso exigiu, por parte da Abong, organização, prudência, capacidade analítica e agilidade em respostas e posicionamentos diante do Poder Público e da sociedade.

Uma conquista importante para a construção de um ambiente mais favorável para a atuação das Organizações da Sociedade Civil nesse período foi a aprovação e a entrada em vigor da Lei n.º 13.019, que integra proposta mais ampla para um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil. A conquista da Lei exigiu uma série de ações articuladas. A Abong e suas associadas garantiram um diálogo mais proativo interna e externamente, atuaram pela formação de toda a base e de outras OSCs em temas prioritários dessa agenda, fomentaram o debate junto a diferentes públicos e desenvolveram conteúdos e publicações para tratar de aspectos da Lei e também do papel das Organizações da Sociedade Civil no desenvolvimento do Brasil e da democracia. Nesse tema, mais uma vez, a Abong assumiu a liderança em espaços nacionais e internacionais, junto a redes e coletivos que atuam para fortalecer o papel estratégico de OSCs em decisões que tratam do futuro da democracia, dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente.

Essa edição do Relatório Trienal da Abong traz ainda um diferencial em seu design. O documento foi pensado de forma a dar visibilidade à base associativa da entidade e à capilaridade de sua atuação de forma articulada a essas organizações em suas bases locais. Em linha com o projeto de sua campanha de filiação, esse material tem como diretrizes a transparência no que se refere à prestação de contas da Associação relativa ao triênio 2013-2016 e ainda o fortalecimento do campo Abong por meio da visibilidade da atuação fundamental de sua base associativa.

Nas próximas páginas, a Abong reafirma seu compromisso com a defesa de direitos e bens comuns e com a radicalização da democracia, conquistas que só podem advir de uma sociedade civil forte, atuante e participativa.

Boa leitura!

A conjuntura e os direitos

“A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem.”

Antonio Gramsci, filósofo italiano

A conjuntura latino-americana dos últimos 15 anos tem sido instigante para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que lutam por direitos e bens comuns. Nesse período, no continente, vários governos de esquerda foram eleitos democraticamente e implementaram, na contramão das cartilhas neoliberais, uma agenda social que resultou na inclusão de milhões de pessoas no acesso a bens e serviços públicos antes inacessíveis. Mas, as políticas desses governos, a exemplo do Brasil, se promoveram a diminuição da pobreza e redistribuição de renda, não significaram a superação das forças do capital e das desigualdades.

A financeirização da economia chegou a um patamar jamais atingido. O sistema financeiro tem valor setenta vezes maior que o agregado do PIB global (soma do Produto Interno Bruto de todos os países). O economista francês Thomas Piketty aponta em seu livro *O Capital no Século 21* que o lucro sobre o investimento financeiro é até dez vezes maior que o crescimento da economia, contribuindo para o aumento

da concentração da riqueza. Ele assim questiona: “a economia global estará se acelerando em direção a um futuro incompatível com a democracia?”.

Da mesma forma que o Fórum Social Mundial (FSM) é o exemplo mais significativo da dinâmica dos movimentos sociais nos anos 2000, o surgimento de novos movimentos cidadãos que se expressam nas ruas e nos espaços públicos marca o início dos anos 2010: movimentos revolucionários do Norte da África que levaram à Primavera Árabe, a partir de 2011; *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos; Indignados, na Espanha; movimentos de estudantes e cidadãos/ãs do Chile; os *Carrés Rouge*, do Québec; e multidões que tomaram as ruas em Hong Kong, na Croácia, na Islândia, no Senegal e, finalmente, no Brasil, em junho de 2013, clamando por mobilidade urbana, mais políticas sociais e menos corrupção.

Houve também o fortalecimento de grupos antidemocráticos e que fazem uso da violência em todas as regiões do mundo: fundamentalistas religiosos e movimentos de extrema direita nacionalistas, racistas e homofóbicos.

Novos desafios para as **Organizações da Sociedade Civil**

Dilemas, desafios e dificuldades nos processos de convergência das Organizações da Sociedade Civil e de movimentos sociais de forma geral caracterizam o atual contexto de crise generalizada e de transformação acelerada do mundo. Na América Latina, esses dilemas e dificuldades decorrem, notadamente, de posicionamentos diferentes e, muitas vezes, opostos entre si, frente à atuação dos governos ditos progressistas.

O debate sobre a identidade das OSCs, tão presente na década anterior, parece ter sido superado. No Brasil, o conceito de terceiro setor não constitui mais um referencial identitário único para esse tipo de organizações.

No âmbito internacional, as OSCs fortaleceram suas articulações nesta década. O Fórum Internacional de Plataformas Nacionais de ONGs (FIP) teve sua assembleia de fundação em 2011, no FSM de Dacar, e uma segunda assembleia geral em 2015, durante o FSM 2015, em Túnis. Um total de 62 Plataformas Nacionais compõe esta rede atualmente. Em 2012, eram 53. O FIP busca reforçar seu papel de ator global no mundo em desenvolvimento. Na América Latina, a *Mesa de Articulación de Asociaciones Nacionales y Redes de ONGs de América Latina y el Caribe* também saiu fortalecida.

Os desafios enfrentados pelas OSCs brasileiras são similares aos de OSCs de outros países da América Latina e do mundo. Os mecanismos e instrumentos de democracia participativa existentes mostraram-se limitados e não se traduziram nem em mais eficiência e eficácia, nem em uma real partilha do poder, além de demonstrarem pouca incidência no processo de tomada de decisões. Diversas OSCs latino-americanas têm denunciado, nos últimos anos, casos de perseguição e controle abusivo.

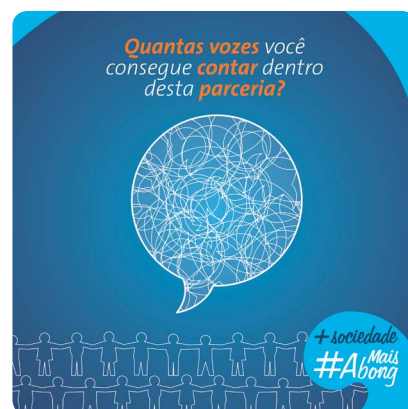
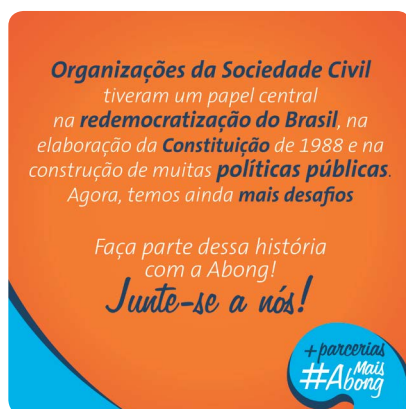
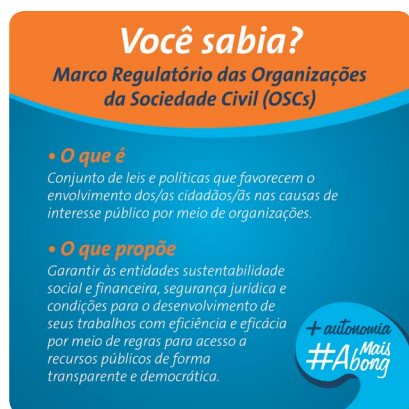
Em meio ao turbilhão político, econômico, social e ambiental do período, as organizações brasileiras tiveram uma enorme precarização de suas condições de trabalho e, em algumas áreas, a violação de direitos básicos continua alta. Acirrou-se a criminalização das OSCs, principalmente devido à fragilidade regulatória,

que abre margem para ataques e para o enfraquecimento da ação social e política dessas organizações.

A etapa brasileira da pesquisa Avaliação do Ambiente Habilitador Nacional (EENA, na sigla em inglês), realizada pela Abong em parceria com as organizações internacionais *Civics World Alliance for Citizen Participation* e *International Center for Non Profit Law*, identificou os desafios enfrentados pelas OSCs brasileiras. O principal deles é o contexto desfavorável da política nacional, com o mercado ocupando espaços do Poder Público, interferindo e fazendo prevalecer seus interesses em detrimento da maior parte da sociedade. A isso se soma uma guinada conservadora, orquestrada pela grande mídia e expressa no Congresso, aumentando o risco de retrocesso de direitos. Além disso, há uma visão negativa sobre as OSCs por parte do Congresso e do governo.

Do ponto de vista da sustentabilidade financeira dessas organizações, o estudo constatou a diminuição gradual do financiamento internacional, que tem entre seus motivos a mudança de percepção da comunidade mundial em relação ao Brasil, que passa a ser visto como um país de renda média. Nesse cenário, as OSCs se veem obrigadas a buscar outras fontes de financiamento públicas e privadas. Um problema decorrente é o fim da modalidade institucional de financiamento, que permite maior liberdade às organizações no uso dos recursos. O financiamento por meio da filantropia privada tem sérios limites, tanto do ponto de vista temático, por conta do foco em projetos, quanto do volume de recursos disponíveis. Além disso, cada vez mais as fundações preferem investir em projetos próprios a financiar outras OSCs.

Um avanço fundamental foi registrado na dimensão da relação com o Estado: a aprovação da Lei n.º 13.019, que cria novas regras para as parcerias entre OSCs e Estado. A Lei, aprovada em julho de 2014, entrou em vigor em janeiro de 2016 e é considerada um avanço, mas existem ainda diversos passos a dar na construção de um marco regulatório que favoreça a organização autônoma da sociedade civil. ■



Essas são algumas das peças desenvolvidas para a Campanha de Filiação da **Abong** nas redes sociais, que foi ao ar pela primeira vez em outubro de 2014. A iniciativa tem como foco dar visibilidade ao trabalho da Associação e de suas associadas e mostrar a importância dessas entidades na defesa de direitos.

As OSCs e o Poder Público

As Organizações da Sociedade Civil brasileiras conquistaram avanços importantes nos últimos anos na construção de um ambiente favorável para sua atuação autônoma. Além da nova legislação para parcerias com o Estado, a Lei de Acesso à Informação e o Marco Civil da Internet também merecem destaque. No entanto, essas entidades enfrentam hoje um cenário complexo, em que um Congresso conservador ameaça derrubar direitos sociais, abrindo espaço para que o mercado avance sobre espaços públicos e defina os rumos da sociedade.

É reconhecido que os últimos mandatos presidenciais implementaram uma agenda redistributiva em contraponto à agenda neoliberal. Alguns importantes avanços dos últimos 12 anos permanecem em destaque, como a transferência de renda para os setores mais pobres da população e a valorização do salário mínimo acima da inflação.

A política de redução da pobreza no Brasil é mundialmente reconhecida. Alguns programas sociais favoreceram os/as pequenos/as agricultores/as, entre os quais, a expansão do crédito rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Durante a campanha eleitoral de 2014, a presidenta Dilma Rousseff defendeu arduamente as políticas sociais vigentes e afirmou que não haveria retrocesso. Desde então, no entanto, tem implementado um programa de governo contrário a essas ideias. A sistemática de aumento de juros voltou – o Brasil é hoje o país com os juros reais mais altos do mundo – e foi proposta uma política econômica de “ajuste fiscal”, a qual foi experimentada recentemente nos países europeus e seu resultado, embora positivo para os banqueiros, foi desastroso para a sociedade. Além disso, medidas para a contenção dos gastos sociais – alterações nas regras do

seguro-desemprego, abono salarial, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão – foram enviadas e aprovadas, com pequenas modificações, pelo Congresso, afetando direitos dos/as trabalhadores/as.

O governo está elevando a taxa de juros sob a justificativa de reduzir a inflação. Mas, a inflação atual é gerada por fatores que não são modificados pelos juros: o aumento de preços administrados pelo governo – gasolina e energia elétrica – e eventos climáticos que afetam o preço dos alimentos.

A luta de classes voltou ao centro da agenda política. Com a aprovação do Projeto de Lei (PL) n.º 4.330, foi regulamentada a terceirização das atividades econômicas, flexibilizando as relações de trabalho e ferindo mais direitos dos/as trabalhadores/as. A mudança promovida representa um retrocesso, pois autoriza a terceirização em atividades fim, retirando da empresa contratante a responsabilidade pelo pagamento dos salários, vale alimentação, vale transporte, férias, 130, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), licença maternidade, licença saúde, equipamentos de proteção individual e condições de trabalho, deixando trabalhadores/as desassistidos/as e sem condições reais de pressão sobre o empregador final. Pior que isso, as normas a serem aplicadas não serão mais as trabalhistas, com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e sim as comerciais, com base no Código Civil.

Mas, talvez a pior consequência da proposta de liberar a terceirização para todas as atividades da empresa tenha sido a imediata redução dos salários. Em média, os/as trabalhadores/as terceirizados/as recebem 25% a menos do que aqueles/as contratados/as diretamente pela empresa e trabalham, em média, três horas a mais que os/as demais trabalhadores/as. Talvez, por isso, também são as principais vítimas de acidentes de trabalho e os/as trabalhadores/as com maior rotatividade no emprego. Por fim, após um longo período de redução do desemprego e aumento do trabalho formal e da renda média salarial, o desemprego voltou a crescer.

O investimento no combate à pobreza não significou a diminuição da desigualdade. O **Índice de Gini**, que mede a desigualdade, tem melhorado ano a ano. Mas esse índice se baseia nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que capta a

massa de rendimentos do trabalho e os pagamentos de benefícios monetários da política social. Outra parte da renda interna – juros, lucros, dividendos – não é captada por essa pesquisa. É exatamente nessa parte que estão, por exemplo, os juros da dívida, recebidos pelos/as mais ricos/as. A distância entre a camada mais rica da sociedade – menos de 5% – e os/as mais pobres aumentou: a renda dos/as pobres melhorou, assim como o salário mínimo, mas a renda dos/as mais ricos/as aumentou muito mais.

A desigualdade também é evidente nas políticas sociais. Um exemplo é a aprovação da proposta de redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, tratando um problema social tão grave com o encarceramento como proposta de solução. O racismo ainda é uma mazela social que se expressa especialmente contra jovens negros/as e pobres, vítimas da má distribuição de renda e falta de oportunidades que ocasiona uma violência desenfreada desde a negação de direitos até um sistema de segurança pública racista e excludente que tem abarrotado os presídios de jovens negros/as.

O sistema tributário regressivo, ao invés de distribuir, concentra renda. Nele, os/as pobres pagam proporcionalmente mais que os/as ricos/as porque o peso maior está no imposto sobre o consumo. Para quem ganha até dois salários mínimos, o imposto representa quase a metade da remuneração (48,8%), enquanto que para quem ganha 30 salários mínimos é de 16%. Ou, colocado de outra maneira: quem financia boa parte dos programas assistenciais que beneficiam os/as mais pobres são os/as próprios/as pobres. Sem reforma do sistema tributário, o Brasil permanece reprodutor de desigualdade.

Em 2014, quase metade do orçamento público (45%) foi para o pagamento dos juros da dívida pública, enquanto que menos de 5% foram para a saúde e menos de 4% para a educação. O “sistema da dívida” permanece como o grande devorador dos recursos públicos. O Equador realizou uma auditoria da dívida pública em 2009 e descobriu que 70% dela era irregular. A partir de então, passou a pagar apenas 30%, investindo o restante em saúde e educação. A única auditoria feita no Brasil, em 1931, constatou que 60% da dívida era irregular, legalmente inexistente. Em 2000, no Plebiscito Popular sobre a Dívida Externa, do qual participaram 6 milhões de pessoas, 95% votaram pela realização da auditoria da dívida.

Até hoje não foi realizada a reforma agrária no Brasil. O agronegócio é apresentado tanto pelo governo quanto pela grande mídia como o principal fator de de-

O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

envolvimento do País. Sua expansão, somada à defesa dos interesses das mineradoras e dos megaprojetos de infraestrutura – usinas hidrelétricas e outros –, tem piorado drasticamente a situação dos povos indígenas.

Na visão do atual governo, “o índio não pode prejudicar o progresso do País”. Os povos indígenas que se encontram no caminho da construção de hidrelétricas, seja no rio Madeira, no Xingu (Belo Monte), no Tapajós ou no caminho das mineradoras, estão destinados a perder suas terras tradicionais e, portanto, em muitos casos, a desaparecer. Os Guarani-Kaiowá são apenas um exemplo de povo condenado à morte pela omissão do governo.

No campo, há ainda duas outras questões graves. Em 2003, o governo Lula liberou o plantio de transgênicos no Brasil. A maior parte dos países europeus, alerta sobre os riscos que o uso de produtos transgênicos representa para a saúde humana e para o ambiente, decidiu proibir o seu plantio. Hoje, no Brasil, mais da metade da área plantada é de produtos transgênicos.

No mesmo período, o Brasil se tornou o maior consumidor mundial de agrotóxicos, desde 2008, à frente dos Estados Unidos. Já há um grande número de pesquisas provando que o uso destas substâncias produz doenças nos/as agricultores/as – e mesmo a morte – e cresce o número de pesquisas que demonstram o surgimento de doenças devido à ingestão cotidiana de alimentos cultivados com o uso de agrotóxicos. A única reação à utilização de transgênicos e agrotóxicos vem de movimentos sociais e das Organizações da Sociedade Civil.

O meio ambiente está sendo seriamente atingido pelas políticas vigentes. O desmatamento na Amazônia não cessa porque há um forte interesse do governo no desenvolvimento do agronegócio, na construção de dezenas de hidrelétricas nos principais rios, sem contar a falta de compromisso com a meta de “desmatamento zero”, como existe em outros países. E, mesmo depois do acidente de Fukushima, no Japão, o governo mantém o projeto nuclear. ■

Participação Social

O início do governo Lula foi marcado pela ampliação dos espaços de participação social, com a valorização dos conselhos de políticas públicas e a criação de novas conferências, como, por exemplo, as de Comunicação, da Juventude e sobre Transparência e Controle Social. Ainda assim, nem todas conseguiram influenciar efetivamente a criação de políticas públicas. Um grande exemplo é a I Conferência Nacional de Comunicação. Ocorrida em 2009, suas propostas e o projeto de regulamentação nunca saíram do papel e o assunto permanece enterrado pelo governo.

Os protestos de junho de 2013 no Brasil, maiores manifestações populares desde as “Diretas Já” e o “Fora Collor”, foram desencadeados pelo aumento do preço do transporte público, mas catalisaram uma inquietação mais geral em relação à corrupção e à precarização dos serviços públicos. As bandeiras eram difusas e não havia uma unidade de objetivo, mas em sua maioria se alinharam na defesa de direitos, tais como transporte, saúde e educação.

Ao final de 2014, o governo federal editou o Decreto n.º 8.243, que “instituiu” a Política Nacional de Participação Social (PNPS). O decreto organizava o arcabouço geral da participação social construído e experimenta-

do nos últimos anos. A medida foi interpretada como uma tentativa de concentração de poderes no Executivo e o decreto foi derrubado pelo Congresso Nacional. Essa negação da democracia participativa sinalizou um cenário de grande risco para a sociedade civil.

Mas, é possível identificar um novo formato de participação com a redescoberta das ruas, da ocupação dos espaços públicos, da mobilização em torno de temas e ações públicas. Dois destaques nesse sentido foram as ocupações das escolas públicas de São Paulo pelos/as estudantes em protesto contra a reestruturação da política de educação e consequente fechamento de escolas proposta pelo governador Geraldo Alckmin e o Movimento Ocupe Estelita, em Recife, que luta desde 2014 para evitar que o Cais José Estelita, área de cerca de 100 mil metros quadrados – um dos cartões postais e um dos poucos espaços públicos que restam na capital pernambucana – seja demolido por um consórcio de grandes empreiteiras para construção de prédios comerciais e residenciais.

Uma nova concepção de desenvolvimento e um novo projeto de sociedade vão exigir das Organizações da Sociedade Civil coesão e grande capacidade de diálogo e articulação de suas pautas políticas, sociais e econômicas. ■

Prioridades: a **agenda política da Abong**

Em assembleia realizada nos dias 27 e 28 de fevereiro de 2013, a Abong definiu sua agenda política para o triênio 2013-2016.

As prioridades políticas definidas em assembleia a cada três anos são a principal diretriz do trabalho realizado pela Associação, representando uma agenda de metas que conduzem a atuação de sua direção colegiada. É também a partir dessa agenda que o planejamento trienal é construído.

O fortalecimento da base associativa; a luta por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil; o aprofundamento da crítica ao paradigma de desenvolvimento dominante e a promoção do debate no sentido de construir paradigmas alternativos de desenvolvimento; a contribuição para o avanço da democracia participativa e do controle social das políticas públicas por meio da luta por uma

reforma do sistema político brasileiro; e a ampliação e qualificação da incidência internacional, principalmente por meio do diálogo e da articulação com a sociedade civil de outros países, foram os grandes eixos orientadores do trabalho realizado pela Abong entre fevereiro de 2013 e março de 2015.

Os próximos capítulos têm o objetivo de relatar, de maneira detalhada, tal atuação com base nessa agenda de prioridades, a fim de prestar contas desse trabalho à sociedade, mas também de visibilizar a importância da atuação das Organizações da Sociedade Civil no que se refere à conquista, defesa e ampliação dos direitos humanos e bens comuns, bem como à construção de um mundo mais justo, solidário e sustentável. Objetivos esses que somente serão alcançados pela legitimidade de uma sociedade civil forte e participativa. ■

*Prioridades definidas na **Assembleia Geral da Abong em 27 e 28 de fevereiro de 2013***

1 Fortalecer a base associativa por meio do investimento em sua sustentabilidade política e financeira e da ampliação do número de associadas; e dinamizar a relação entre as associadas e a Abong, estabelecendo conexões mais claras entre o trabalho de articulação e representação política da Associação e o que é realizado pelas entidades na base.

2 Intensificar a luta por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) por meio do reforço da articulação – tanto nacional, como latino-americana – em prol desta causa, de estudos, incidência no Executivo e no Congresso e melhor comunicação com a sociedade; e lutar contra a criminalização de movimentos sociais e Organizações da Sociedade Civil.

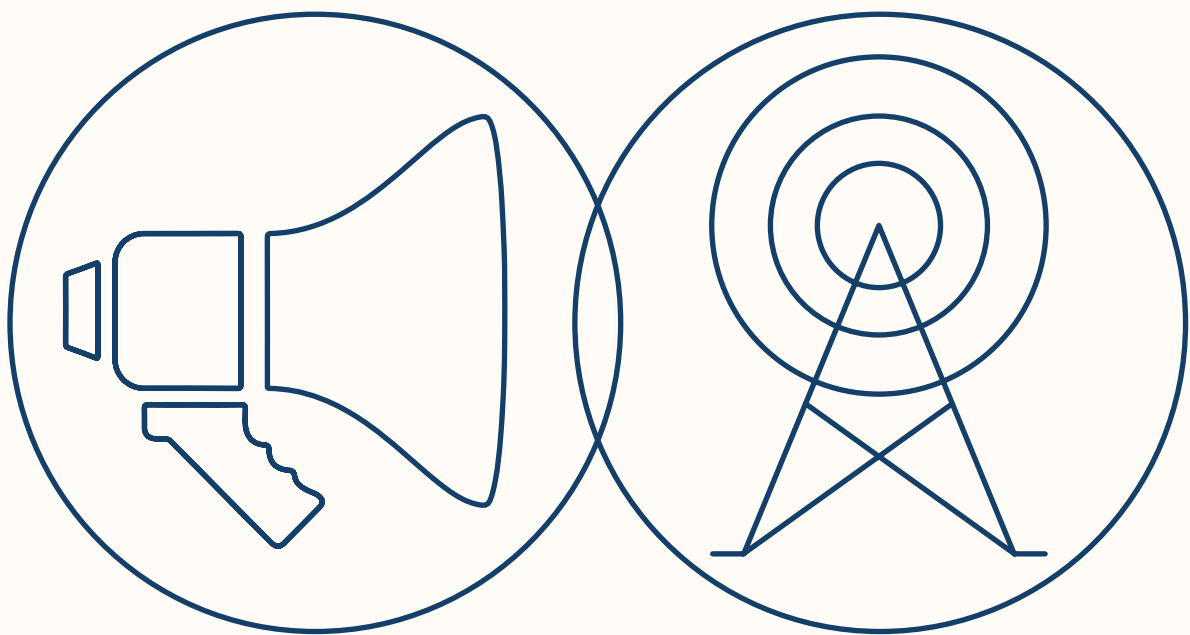
3 Aprofundar a crítica ao modelo de desenvolvimento dominante, produtor de desigualdade social e depredador dos bens naturais; promover a construção de paradigmas alternativos que priorizem o

bem viver, a justiça social e ambiental; e difundir as práticas sustentáveis existentes.

4 Contribuir para o avanço da democracia participativa e do controle social das políticas públicas. Neste sentido, lutar por uma Reforma Política ampla, pelo financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, pela adequada representação de mulheres, pessoas negras e outros setores excluídos, pela regulamentação dos instrumentos de democracia direta e pela democratização dos meios de comunicação e do judiciário.

5 Ampliar e qualificar a incidência internacional, principalmente por meio do diálogo e articulação com a sociedade civil de outros países; exigir participação da sociedade civil na política externa brasileira e no monitoramento do papel do Brasil – e das empresas brasileiras – no mundo; e promover uma cultura de paz, de solidariedade, de valorização da diversidade e de democracia.

Incidência: mobilização e comunicação para a conquista e garantia de direitos



Desenvolver e fortalecer frentes de mobilização e comunicação foram ações nas quais a Abong investiu maciçamente no triênio 2013-2016. Essa estratégia faz parte de um processo construído de forma articulada com a base associativa da entidade.

Assim, somando forças com lideranças regionais e locais, foi possível ampliar

o alcance de temas e capilarizar consideravelmente lutas comuns das Organizações da Sociedade Civil brasileiras.

Neste capítulo, será possível entender como as estratégias de incidência política da Abong e de suas associadas se transformaram em resultados concretos no fomento de um ambiente favorável para a ação da sociedade civil organizada.

Marco Regulatório: nenhum passo atrás!

Desde sua fundação, a cada nova gestão, a Abong reforça junto à sua base associativa o propósito de avançar na construção de um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que promova um ambiente favorável, de modo a incentivar o engajamento cidadão por meio de organizações que defendem direitos e bens comuns e das parcerias destas organizações com o Poder Público.

Após quase 25 anos de atuação mobilizando e criando espaços, eventos, plataformas, conteúdos, materiais e canais de incidência, a Abong pode comemorar a aprovação de uma lei nacional que regula o repasse de recursos públicos para as OSCs em todos os níveis da federação, sendo essa uma das metas mais importantes abrangidas pelo novo marco legal.

A Lei n.º 13.019/2014 vem suprir uma lacuna histórica no que se refere a mecanismos regulatórios para o acesso das organizações a recursos públicos. A edição dessa nova lei imprime o reconhecimento da importância das OSCs para a democracia e a construção da cidadania e a legitimidade de sua atuação sobre a execução das políticas públicas e do direito ao acesso a recursos públicos.

Para a Abong, entre os principais avanços da Lei, estão:

- A criação de instrumentos específicos para regular a relação da administração pública com Organizações da Sociedade Civil, com validade para todo o País, em todos os níveis de governo, ficando vedado o uso do convênio para tal fim;
- O reconhecimento e a valorização, pelo menos em princípio, da autonomia das OSCs, uma vez que propõe um instrumento para o fomento de iniciativas das próprias organizações e não só a colaboração com políticas pré-desenhadas, além de prever a manifestação de interesse social;
- O fato de favorecer organizações com experiência de pelo menos três anos e autorizar o pagamento de pessoal dessas organizações com a devida segurança trabalhista;
- A atenção às organizações menores, com previsão da atuação em rede e prestação de contas simplificadas;

- A proposição de espaços permanentes de monitoramento e avaliação da atuação das OSCs e suas parcerias com a administração pública: os Conselhos de Fomento e Colaboração.

Para avançar nas negociações junto ao Congresso e garantir a aprovação desse novo marco legal, a Abong fomentou e executou uma série de estratégias e ações em conjunto com suas associadas e outros coletivos com interesses comuns. A Associação ocupou um papel de liderança na Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil (Plataforma MROSC), dialogando, mobilizando e articulando OSCs em torno da pauta.

A Abong reforçou ações de mobilização junto à sua base associativa e à sociedade em geral e investiu na comunicação, na produção de conteúdos sobre o tema, na incidência e interlocução com o governo e pautando os veículos de comunicação. Uma importante ação foi a organização e realização do Seminário Imprensa e Organizações da Sociedade Civil, que reuniu, entre 13 e 14 de março de 2014, em Brasília, jornalistas dos principais meios de comunicação do País e lideranças sociais representantes de Organizações da Sociedade Civil, organismos internacionais, academia, setores empresariais e governamentais.

Mobilização promovida pelas bases estaduais da Abong



Incidência no **Governo** e no **Congresso**



Participação no **Conselho Facilitador** da **Plataforma** por um novo **Marco Regulatório** para as **Organizações da Sociedade Civil**

*A atuação de algumas associadas integrantes da Direção Executiva e do Conselho Diretor da **Abong** se deu na forma de representação política da Associação em diversos espaços.

Ação Educativa

Assessoria, Pesquisa e Informação
(Representando a **Abong**)

Camtra

Casa da Mulher Trabalhadora

Inesc

Instituto de Estudos Socioeconômicos

ISA

Instituto Socioambiental

Visão Mundial Brasil

Mapas e quadros como estes aparecerão ao longo de todo o relatório com o objetivo de dar visibilidade à capilaridade da atuação da **Abong** de forma articulada com sua base associativa. Eles evidenciam a participação das organizações associadas em diversos formatos e temas de trabalho da Associação.

Depois da aprovação da Lei n.º 13.019, em julho de 2014, a Abong e outras lideranças reunidas na Plataforma MROSC continuaram mobilizadas, com atenção agora aos processos de regulamentação da nova lei, que deveriam acontecer nos vários níveis de governo. Por meio de uma medida provisória, a entrada em vigor da Lei foi adiada para julho de 2015. Nesse momento, explicitaram-se posições divergentes em relação às propostas do novo marco e a Abong continuou se posicionando, estreitando os diálogos com parlamentares e ampliando ações de comunicação, como produção de textos, notas públicas, ações nas redes sociais e disseminação de informações junto às associadas e seus públicos. O papel das associadas foi relevante e estratégico para ampliar e capilarizar localmente o debate junto a outras organizações e públicos, além da incidência política mais direta.

No entendimento da Plataforma, a primeira prorrogação foi necessária para dar tempo viável aos órgãos públicos para adaptação. Além disso, a votação da medida provisória abriu espaço para novos diálogos e aprimoramentos da Lei antes mesmo de sua entrada em vigor. Lamentavelmente, uma nova medida provisória adiou mais uma vez a entrada em vigor, desta vez para janeiro de 2016, colocando em risco, na opinião da Plataforma, a própria força da Lei como nova referência para as parcerias entre Estado e sociedade civil. O principal posicionamento da Abong foi o de não aceitar modificações que ferissem seus princípios, limitassem sua abrangência e propusessem mais adiamentos.

Relembrando a história...

Em 2010, aproveitando o contexto da campanha presidencial, um grupo bastante representativo de movimentos sociais, entidades religiosas, organizações sem fins lucrativos, institutos e fundações privadas decidiram definir uma agenda comum para apresentar aos/às candidatos/as à Presidência da República. Esse grupo lançou, em agosto daquele ano, a [Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil](#).

A nova lei é, portanto, fruto de uma demanda colocada ao governo federal pela articulação que a Abong integrou e animou desde o início. Entre 2011 e 2013, a Plataforma MROSC trabalhou intensamente junto à Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR) e outros órgãos governamentais na elaboração de informações e propostas. Em 2014, dirigiu os esforços para o Congresso e conseguiu, num prazo relativamente rápido, tramitar o PL que resultou na Lei n.º 13.019.

Sancionada em 31 de julho de 2014, a Lei teve sua entrada em vigor adiada por duas vezes por meio de medidas provisórias, expedidas principalmente por pressão de gestores/as públicos/as, uma vez que o novo marco impunha exigências às quais as administrações precisariam se adaptar.

A Abong continuou mobilizada e conseguiu aproveitar as votações das medidas provisórias no Congresso para conseguir aperfeiçoamentos na Lei antes que ela finalmente entrasse em vigor em 23 de janeiro de 2016.

“Estamos vigilantes e mobilizados/as, ainda abertos/as ao diálogo, mas prontos/as para denunciar omissões ou recuos dos Poderes Executivo e Legislativo, que venham a barrar a efetivação da Lei n.º 13.019/2014. Nenhum passo atrás!”

Trecho de carta da **Abong** à **Secretaria Geral da Presidência da República** sobre a medida provisória que adiou a entrada em vigor da Lei n.º 13.019

“Grande” Mídia X OSCs



Análise de mídia – A imprensa brasileira e as organizações da sociedade civil, amplo estudo estruturado pela ANDI – Comunicação e Direitos e pela Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil, em parceria

com a Fundação Avina e a Aliança Interage, revela as tendências da cobertura noticiosa do País sobre assuntos relacionados a essas organizações.

O levantamento mostra que, apesar de as Organizações da Sociedade Civil serem retratadas de forma positiva quando abordadas individualmente, quando a referência é feita ao campo das OSCs em geral e, principalmente, quando o tema é financiamento, o tratamento é negativo e criminalizante.

[A publicação encontra-se disponível para download no site da ANDI.](#)

O novo adiamento significava riscos de retrocesso, mas também abria uma segunda oportunidade de aperfeiçoamento da Lei antes de sua entrada em vigor. Mais uma vez, a Abong e a Plataforma se mobilizaram para defender suas propostas junto aos/às congressistas. Nessa fase, entretanto, vários outros setores também estiveram mobilizados e a disputa tornou-se mais densa frente aos segmentos críticos aos rigores que a Lei impunha em termos de gestão e transparência.

O relatório sobre a Medida Provisória n.º 684/15, que adiou pela segunda vez a entrada em vigor da nova legislação, foi apresentado na forma de uma lei de conversão pelo deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG). Resultado de intenso diálogo por meio de audiências públicas, o novo texto trouxe avanços importantes e corrigiu distorções da Lei original, além de incorporar reivindicações das organizações e dos/as gestores/as públicos/as, tornando-se, assim, mais exequível. Algumas exigências que comprometiam a autonomia

das OSCs foram retiradas e o prazo para prescrição de prestação de contas não analisadas foi definido. Finalmente, estabeleceu-se um escalonamento para a aplicação da Lei, sendo obrigatória a partir de 2016 para Estados e União e optativa para os municípios até janeiro de 2017.

Com relação ao Legislativo, a Abong permaneceu à frente do diálogo direto com parlamentares e da definição de estratégias de incidência no próprio Parlamento. Os esforços resultaram na criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações da Sociedade Civil, aprovada em setembro e lançada em outubro de 2015, na Câmara dos Deputados. Resultado de um processo de articulação realizado pela Plataforma MROSC, com liderança da Abong, a Frente é composta por deputados/as federais e senadores/as, cujo compromisso é trabalhar em favor da criação de um ambiente cada vez mais favorável para a atuação dessas instituições. Isso inclui “a defesa e promoção do direito fundamental à livre organização; da participação social como método de gestão democrática do Estado; e de uma cultura de engajamento social pela população”, como define seu estatuto. A Frente



O Guia Lei 13.019/2014: Fortalecer a sociedade civil e ampliar a democracia, lançado pela Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil, traz um histórico da aprovação da Lei n.º 13.019/2014 e dicas para a

adaptação das OSCs às novas exigências. Além disso, o material, produzido pelo Observatório da Sociedade Civil, traz também os pontos prioritários da Plataforma para novas mudanças legislativas, entre elas, a criação de fundos de fomento para pequenas organizações, simplificação tributária para OSCs e a criação de mecanismos de incentivo para doações individuais.

[A publicação encontra-se disponível para download no site da Abong, na seção Publicações.](#)



As peças ao lado foram desenvolvidas para uma ação massiva nas redes sociais que pedia que a presidenta Dilma sancionasse sem vetos o texto da MP 684 aprovado pelo Congresso, que melhora a Lei n.º 13.019, garantindo mais transparência, segurança jurídica e controle para as parcerias entre OSCs e Estado. As *hashtags* **#NÃOVetaDilma!**, **#MarcoRegulatórioJá** e **#VaiTerMROSC** foram difundidas nas mídias sociais a fim de apoiar esse avanço na estrutura institucional do País, fortalecendo a participação social, a organização dos/as cidadãos/ãs e a democracia brasileira.

conta também com um Conselho Consultivo formado por organizações e redes representativas da sociedade civil: Abong, Cáritas Brasileira, Coordenadoria Ecuemênica de Serviço (CESE), Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) e Visão Mundial Brasil.

Algumas frentes de ação possibilitaram avanços no processo do Marco Regulatório. Um exemplo foi o *Projeto Incidência #MROSC: Informação, formação e comunicação em favor de um ambiente mais seguro para a sociedade civil organizada*. A iniciativa foi responsável pela produção e disseminação de informações sobre o papel e a importância das OSCs para a vitalidade da democracia brasileira, além de possibilitar a realização de oficina virtual sobre estratégias de incidência e apoiar a realização de oficinas locais.

Outra contribuição fundamental veio do *Projeto Compartilhar Conhecimento: uma estratégia de fortalecimento das OSCs e de suas causas*, por meio de um de seus eixos de ação, o Programa Orientação Jurídica, que viabilizou a produção e divulgação de conteúdos técnico-jurídicos (disponíveis para download no site da Abong), além da participação, por meio de debates com associadas e outras organizações sobre a nova lei.

As articulações internacionais com redes e organizações de defesa de direitos e bens comuns de outros países foram fundamentais para ampliar o debate sobre o Marco Regulatório. Três importantes estudos foram elaborados pela *Mesa de Articulación de Asociaciones Nacionales y Redes de ONGs de América Latina y el Caribe*, com participação ativa da Abong. O *Estudio Regional sobre Marcos Regulatorios de las Organizaciones de la Sociedad Civil en América Latina* apresenta e compara os quadros regulamentares de três países latino-americanos, considerando a legislação aplicável às OSCs em cada um e os mecanismos

disponíveis para permitir a participação dos/as cidadãos/ãs.

El rol de las ONG en América Latina: los desafíos de un presente cambiante busca identificar os desafios e as oportunidades para as Organizações da Sociedade Civil da América Latina e do Caribe, suas mudanças e suas respostas inovadoras para a realidade latino-americana.

Por último, o *Estudio Regional sobre mecanismos de financiamiento de las organizaciones de la sociedad civil en América Latina* é uma leitura abrangente e inclusiva sobre mecanismos de financiamento. Com o estudo regional, a meta é contribuir com algumas pistas para a geração de novas estratégias de financiamento para OSCs na América Latina

Junto à *Civics World Alliance For Citizen Participation*, a Abong realizou a pesquisa *Índice de Ambiente Favorável 2013* (EEI, na sigla em inglês), que mostra que o Brasil atingiu um modesto 42º lugar em um ranking internacional com países que oferecem o melhor ambiente para a livre atuação das Organizações da Sociedade Civil – abaixo de outros países da América Latina, como Uruguai, Chile e Argentina. O relatório, elaborado com a pretensão de ser um instrumento de reflexão, debate e incidência, questiona atuais políticas de acesso e participação, incentivando mudanças em nível global. Os três estudos encontram-se disponíveis para download no site da Abong, na seção Publicações.

Já junto ao Fórum Internacional de Plataformas Nacionais de ONGs (FIP) – que reúne 62 Plataformas nacionais de OSCs da África, das Américas, Ásia, Europa e Oceania e seis coalizões regionais –, a Abong desenvolve, desde 2008, um trabalho com a finalidade de ampliar efetivamente o espaço das OSCs na arena internacional e, assim, influenciar debates locais e globais para um mundo justo e sustentável. Desde 2010, a Abong integra a Secretaria de Comunicação do Fórum. ■

“Nesse momento tão difícil, de tantos ataques a direitos conquistados, reafirmo a certeza de que as OSCs são e serão atores chave na construção da democracia do Brasil.”

Vera Masagão, membro da Direção Executiva da **Abong**

“Nós temos consciência do nosso papel. Somos comprometidos com a causa maior que é a democracia deste país. Sabemos que não somos braços do governo, nem estamos a serviço do Parlamento, mas estamos aqui para construir lutas conjuntas. Nós criamos novas tecnologias, pensamos sempre além e fomentamos manifestações quando o Parlamento e o governo não nos ouvem. É neste espírito de transformar o nosso país que atuamos. Não podemos deixar que nossas organizações continuem fechando. Nós não estamos pedindo. Temos consciência de que esse é um direito nosso.”

Eleutéria Amora, diretora estadual da **Abong** no Rio de Janeiro

“Eu venho de uma organização que apoia muitos projetos de entidades muito pequenas, de base mesmo. E vejo que muita gente fala criminalizando as OSCs, mas não leva em conta o esforço de organizações no avanço social do País.”

Eliana Rollemberg, da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE)

“As OSCs tiveram um importante papel na construção da democracia, na luta contra a ditadura militar e na consolidação de um conjunto de direitos, que estão inscritos na Constituição e num conjunto de leis para a sociedade como um todo, principalmente para os mais pobres. A Frente tem o papel de se tornar também uma trincheira na defesa desses direitos, em diálogo com a sociedade, mas também deve trabalhar para que de uma vez por todas o Estado dê o devido reconhecimento político ao papel que essas organizações têm.”

Deputado Nilto Tatto (PT-SP), coordenador da Frente Parlamentar em Defesa das OSCs

“Estamos mudando os anais do Congresso. Já tivemos duas CPIs criminalizantes das OSCs e agora temos um espaço não só para construir novas normas e leis, mas para mudar a visão do Congresso sobre as OSCs. Começa a circular uma nova ideia dentro do Congresso.”

Laís de Figueiredo Lopes, da Secretaria-Geral da Presidência da República

Observatório da Sociedade Civil

A questão da transparência e do controle social é uma pauta antiga na Abong. Vem sendo debatida e estudada há muitas gestões e ganhou força entre os compromissos assumidos pelas organizações signatárias da Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil no sentido de reforçar o *status* público da atuação das OSCs, no que se refere à prestação de contas de recursos investidos para o alcance de resultados e impactos socialmente relevantes. O Observatório da Sociedade Civil foi construído para ser uma ferramenta de apoio para este fim.

A Abong assumiu a responsabilidade pela estruturação do Projeto, cuidando da administração e coordenação geral das atividades desde 2013. Mas, para dar conta da amplitude de sua tarefa de promover um ambiente cada vez mais favorável para a atuação das OSCs, o Observatório conta com a contribuição de um conselho composto por organizações de diferentes campos e com alcance maior do que o escopo de associadas à Abong.

Entre as temáticas que interessam a todo esse arco de entidades da sociedade civil está o desenvolvimento de um marco regulatório que incentive e apoie a organização autônoma da sociedade. Dessa forma, uma das prioridades do Observatório da Sociedade Civil nesses três anos de existência foi a cobertura jornalística e produção de materiais de referência para o trabalho de incidência sobre o tema. Foram produzidos diversos materiais como cartilhas, panfletos e campanhas para

as redes sociais, buscando divulgar a legitimidade da atuação das OSCs e a importância de mudanças na legislação que as favoreçam, com foco especial na Lei n.º 13.019/2014. As publicações foram usadas para a incidência junto a parlamentares e também para subsidiar oficinas e debates em vários Estados e municípios. Mas, o foco principal de atuação foi a comunicação.

O Observatório conquistou espaço produzindo conteúdo de qualidade sobre temas de interesse público que dizem respeito ao universo de ação das organizações e inúmeras temáticas que fazem parte dos debates da Abong. Um diferencial de sua cobertura é dar voz para importantes lideranças sociais brasileiras, capazes de analisar e opinar de forma contundente e qualificada sobre diferentes assuntos de interesse público. São pessoas de organizações, movimentos e coletivos que atuam de forma significativa para a conquista de direitos e a construção de um novo olhar sobre o planeta e a sociedade.

O Observatório aceitou também o desafio de experimentar novas linguagens para comunicar os temas e formas de trabalho das OSCs pelo Brasil. Assim, além da produção de um boletim semanal – *Panorama*, com produção e replicação de matérias sobre temas importantes para e sobre as OSCs, o Observatório investiu na produção de reportagens especiais. Nelas, foram tratados em profundidade alguns temas, como, por exemplo, o financiamento das OSCs no Brasil, reunindo informações e dados de pesquisa sobre o assunto.

Outra linha de experimentação do Observatório da Sociedade Civil foi extrapolar a linguagem escrita,



Lugar de Criança: A Sociedade Civil e a Luta pelo Direito a Creche

Lançado em novembro de 2014, o minidocumentário realizado pela jornalista e videomaker Eliza Capai retrata, por meio de depoimentos de mulheres protagonistas desta luta, a história de três Organizações da Sociedade Civil que oferecem serviço de creche em comunidades da periferia de São Paulo.

É disso que eu tô falando



Documentário mais recente do Observatório, que busca combater a proposta da redução da maioridade penal. Traz alternativas práticas construídas por Organizações da Sociedade Civil para lidar com a questão da criminalidade na adolescência. O lançamento aconteceu na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e fez parte da programação do Fórum Social Temático 2016.

Ambos os documentários podem ser acessados no site do [Observatório](#) e em seu [canal no YouTube](#).

através da produção de documentários. O desafio foi aceito em função da ampla divulgação que esse tipo de conteúdo pode alcançar hoje através das redes sociais, dialogando com públicos que não teriam acesso a produções impressas. Desde a escolha dos temas, definição da linha de abordagem, até o acompanhamento de toda a gravação e produção, este foi um processo que, além de legar dois produtos significativos para o trabalho do Observatório e outras organizações, também gerou um aprendizado importante, evidenciando o potencial desse tipo de linguagem a ser aproveitado para a disseminação de ideias, trabalhos e propostas das Organizações da Sociedade Civil.

Com as iniciativas descritas acima, o Observatório tem buscado comunicar de maneira colaborativa, democrática e participativa as ideias que nem sempre ganham visão e espaço em um modelo de comunicação que funciona dentro de um formato ultrapassado e está condicionado a validar a cultura e os valores de desenvolvimento pautados pelo poder econômico. Outras respostas estão sendo encontradas e o Observatório se propõe a investigar e comunicar essas novas alternativas.

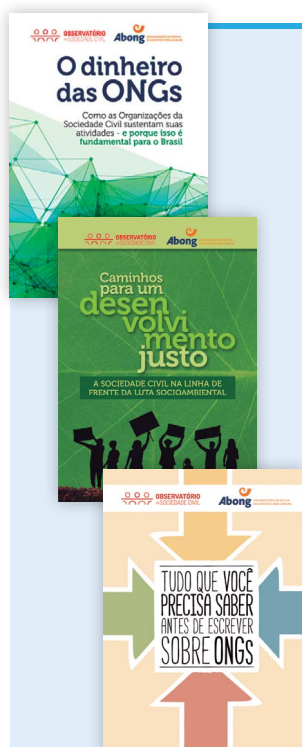
Outra frente importante de seu trabalho é buscar formas para influenciar a própria mídia, discutindo a visão dos meios de comunicação a respeito das OSCs, quebrando preconceitos e tentando que o setor passe a constar das listas preferenciais de fontes para os jornalistas. Um exemplo dessa ação se deu no apoio à pesquisa *A imprensa brasileira e as Organizações da*

Sociedade Civil, realizada pela ANDI – Comunicação e Direitos, em parceria com a Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as OSCs. Os números demonstraram que a mídia brasileira tende a subestimar a importância das organizações no processo democrático e a tratar o setor de forma descontextualizada. Além disso, da parcela já reduzida de matérias que aborda o financiamento das organizações, 44,5% focam em casos de corrupção. Além de divulgar a pesquisa, o Observatório participou do Seminário Imprensa e Sociedade Civil, realizado pela ANDI.

Também em decorrência da pesquisa, o Observatório organizou o Debate *O olhar da imprensa sobre as OSCs*, realizado em novembro de 2013 durante a ONG Brasil. Esse caminho de atuação levou à produção de mais um material especial, dessa vez voltado a incidir diretamente sobre os/as jornalistas.

Por fim, o Observatório tem atuado em parceria com outros espaços de produção de comunicação alternativa, além de disseminar conteúdos e temas já produzidos pelas Organizações da Sociedade Civil, colocando no debate público outras vozes e lideranças. Um exemplo dessa parceria foi o Debate *Impasses brasileiros*, realizado em parceria com o site *Outras Palavras*.

Com ações desse tipo, o Observatório vai traçando um caminho na luta por uma comunicação mais democrática e pluralista, que integre cada vez mais vozes em sua cobertura. ■



O dinheiro das ONGs: Como as Organizações da Sociedade Civil sustentam suas atividades – e porque isso é fundamental para o Brasil

Primeiro projeto especial do Observatório, o livro reportagem faz um panorama a respeito dos modelos de financiamento das OSCs, tentando quebrar mitos e mostrar a diversidade do setor.

Caminhos para um Desenvolvimento Justo: a sociedade civil na linha de frente da luta socioambiental

O livro-reportagem reúne experiências práticas realizadas pela sociedade civil que apontam para a construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico, que promova a justiça social e a convivência harmônica com o meio ambiente.

Tudo que você precisa saber antes de escrever sobre ONGs

Publicação que reúne de forma didática e com design moderno informações fundamentais para quem precisa entender o setor. Pensado para chegar até os jornalistas, tentando incidir sobre a visão desse grupo a respeito das OSCs, sua versão impressa inclui um bloco de anotações.

As publicações encontram-se disponíveis para download nos sites do [Observatório](#) e da [Abong](#).

Participação no Seminário

Transparência: o desafio da criação de um Observatório da Sociedade Civil.
Setembro de 2013

Ação Educativa
Assessoria, Pesquisa e Informação
(Representando a **Abong**)

Apacc
Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes

AVICITECS
Associação Vianei de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde

Camp
Centro de Assessoria Multiprofissional

Camtra
Casa da Mulher Trabalhadora

Cecup
Centro de Educação e Cultura Popular

Equip
Escola de Formação Quilombo dos Palmares

Gestos
Soropositividade, Comunicação e Gênero

IPF
Instituto Paulo Freire

ISA
Instituto Socioambiental

Iser Assessoria
Religião, Cidadania e Democracia
(Representando a **Abong**)

RAHM
Rede Acreana de Mulheres e Homens

Vida Brasil

Contribuição para publicação

O dinheiro das ONGs: Como as Organizações da Sociedade Civil sustentam suas atividades – e porque isso é fundamental para o Brasil

Caminhos para um desenvolvimento justo: A sociedade civil na linha de frente da luta sócioambiental

Associação Civil **Greenpeace**

Centro de Desenvolvimento Agroecológico **Sabiá**

Cese
Coordenadoria Ecumênica de Serviço

Criola

Fase
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Instituto Avisa Lá
Formação Continuada de Educadores

AS-PTA
Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

CPI-SP
Comissão Pró-Índio de São Paulo

Fase
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Iser Assessoria
Religião, Cidadania e Democracia
(Representando a **Abong**)

OPAN
Operação Amazônia Nativa

Organização Não Governamental **Cidadania**

Pólis
Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

Contribuição para documentário

Lugar de Criança: A Sociedade Civil e a Luta pelo Direito a Creche

Ação Educativa
Assessoria, Pesquisa e Informação
(Representando a **Abong**)

Instituto Avisa Lá
Formação Continuada de Educadores

Contribuição para o Panorama (boletim semanal do Observatório)

Abia
Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS

Ação Educativa
Assessoria, Pesquisa e Informação
(Representando a **Abong**)

Agenda Pública
Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas

Apabla
Associação das pessoas com Albinismo na Bahia

Associação Civil **Greenpeace**

Avante
Educação e Mobilização Social

Camp
Centro de Assessoria Multiprofissional
(Representando a **Abong**)

Camtra
Casa da Mulher Trabalhadora
(Representando a **Abong**)

Ceap
Centro de Educação e Assessoramento Popular

Cecup
Centro de Educação e Cultura Popular

Ceert
Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades

Cenpec
Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária

CDDH
Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis

Centro de Desenvolvimento Agroecológico **Sabiá**

Cese
Coordenadoria Ecumênica de Serviço

Cfemea
Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Fase
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Foaesp
Fórum das Ongs Aids do Estado de São Paulo

Fundação **SOS Mata Atlântica**

Gestos
Soropositividade, Comunicação e Gênero
(Representando a **Abong**)

Geledés
Instituto da Mulher Negra

Ibase
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Inesc
Instituto de Estudos Socioeconômicos

ISA
Instituto Socioambiental

Iser Assessoria
Religião, Cidadania e Democracia
(Representando a **Abong**)

SOF
Sempre Viva Organização Feminista

Vida Brasil

Novos Paradigmas de Desenvolvimento

Uma grande conquista da Abong ao longo de seus quase 25 anos é o aprimoramento de sua capacidade de desenvolver ações integradas, mobilizando diversas ações e parcerias. O *Projeto Novos paradigmas de desenvolvimento: pensar, propor, difundir* aproveita a capacidade de mobilização nacional e internacional da Abong com a competência acumulada por uma de suas associadas, o Iser Assessoria, para a construção e difusão de um paradigma alternativo ao modelo de desenvolvimento vigente. E esse é um exemplo importante de ação conjunta, fruto da interação e construção coletiva com outros parceiros e projetos para o desenvolvimento de suas atividades.

O **Iser Assessoria - Religião, Cidadania e Democracia** é uma associação sem fins lucrativos, criada em 1995, cuja missão é fortalecer a democracia participativa nos campos político e eclesial, com vistas à superação das desigualdades sociais, à ampliação da esfera dos direitos e à afirmação da cidadania. Suas formas específicas de contribuição são a formação, a pesquisa, a produção e a difusão de conhecimentos no campo das Ciências Sociais e da Teologia.

Ele surge da urgência em fazer uma comunicação inovadora, capaz de ampliar o debate público sobre a organização da sociedade, a reformulação da economia e as possibilidades concretas de construir caminhos para dar conta dos problemas ambientais que a humanidade está vivendo.

O Projeto é parte do compromisso renovado no triênio 2013-2016 de “aprofundar a crítica ao modelo de desenvolvimento dominante, produtor de desigualdade social e depredador dos bens naturais; promover a construção de paradigmas alternativos que priorizem o bem viver, a justiça social e ambiental; e difundir as práticas sustentáveis existentes”. A Associação vem assim se preocupando em abordar, de

forma analítica e crítica, temas que dizem respeito ao desenvolvimento sustentável e seus significados diante de realidades concretas, como:

- desmatamento e reposição de bens naturais;
- água e seus usos (poluição, saneamento, herbicidas e pesticidas, mineração);
- aquecimento global;
- agricultura, alimentação orgânica e a produção industrial dos alimentos;
- fontes de energia, combustíveis fósseis, energia renovável;
- o sistema econômico, seus valores e paradigmas como acúmulo de riquezas, lucro e consumo;
- o lixo e a (in)capacidade de sua absorção pelo meio ambiente e as novas atitudes possíveis e necessárias diante dos bens naturais.

A proposta consiste em pautar outros paradigmas de desenvolvimento, favorecendo uma percepção crítica e apontando propostas de mudanças, principalmente nas políticas públicas e junto aos governos que, durante anos, têm se recusado a mudar a direção de suas políticas dominadas pelos interesses corporativos.

Assim, o Projeto tem procurado produzir uma comunicação inovadora, capaz de ir além da sensibilização e favorecendo a participação. Os conteúdos são publicados nos canais de comunicação da Abong, do Observatório da Sociedade Civil e do Iser Assessoria e de parceiros nacionais e internacionais.

Vale ressaltar a articulação entre essa iniciativa, bem como essa pauta, e o trabalho desenvolvido pelo Observatório da Sociedade Civil. Essa articulação pode ser ilustrada na linha da produção de conteúdos, por exemplo, pela reportagem *Caminhos para um desenvolvimento justo: a sociedade civil na linha de frente da luta socioambiental*.

“É mais do que nunca o momento de pensar uma concepção de desenvolvimento centrada nas necessidades humanas, que garanta a reprodução da natureza, evite o desperdício e não esgote os bens de que precisamos para viver. Um desenvolvimento que esteja voltado para a vida e não para a maximização do consumo.”

Ivo Lesbaupin, do Iser Assessoria e membro da Direção Executiva da **Abong**

Grupo de Referência do Projeto Novos paradigmas de desenvolvimento: pensar, propor, difundir

Seminários

Novos modelos de desenvolvimento e caminhos para a convivência socioambiental.

Novembro de 2014

Desenvolvimento em disputa: por uma economia a serviço da vida.

Novembro de 2015

Fase

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Iser Assessoria

Religião, Cidadania e Democracia (Representando a **Abong**)

Pacs

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Capa

Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

CDHP

Centro de Direitos Humanos de Palmas

Cecup

Centro de Educação e Cultura Popular

Equip

Escola de Formação Quilombo dos Palmares

Fase

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Fundação

SOS Mata Atlântica

Gestos

Soropositividade, Comunicação e Gênero

ISA

Instituto Socioambiental

Iser Assessoria

Religião, Cidadania e Democracia (Representando a **Abong**)

ISPN

Instituto Sociedade, População e Natureza

Pacs

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Vida Brasil

ISA

Instituto Socioambiental

Iser Assessoria

Religião, Cidadania e Democracia

“O desenvolvimento sustentável obriga o Poder Público a prevenir e reparar danos ambientais. O caso de Mariana nos impõe o desafio de fortalecer os mecanismos que asseguram condições adequadas de saúde, segurança, cultura, trabalho e bem-estar da população. Demonstra o imperativo de assegurar legislações e políticas que garantam equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o direito fundamental à preservação do meio ambiente, a ser resguardado em favor das presentes e futuras gerações.”

Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental (ISA)

Produzido pela jornalista Bianca Pyl, o livro reúne quatro reportagens que abordam regiões e meios sociais distintos. Traz experiências desenvolvidas por OSCs e movimentos sociais que apontam caminhos para um modelo de desenvolvimento socialmente justo, que permite uma convivência harmônica com o meio ambiente. As iniciativas têm produzido impactos efetivos na sociedade, promovendo justiça social e respeitando o conhecimento e as opiniões das comunidades. Como principal aspecto, todas as histórias revelam a força transformadora do ato de dar voz e vez às pessoas de cada comunidade, respeitando seus conhecimentos e valores. Por meio dessas experiências é possível vislumbrar os contornos de novos modelos de desenvolvimento, que deixem de lado o consumismo e valorizem a democracia, a participação social e o saber local.

A publicação foi debatida durante evento de lançamento promovido pelo Observatório da Sociedade Civil em parceria com o [Outras Palavras](#) e amplamente divulgada nos canais de parceiros, como o próprio [Outras Palavras](#), [Iser Assessoria - Religião, Cidadania e Democracia](#), [Mesa de Articulación de Asociaciones Nacionales y Redes de ONGs de América Latina y el Caribe](#) – que publica em espanhol –, e [Fórum Internacional de Plataformas Nacionais de ONGs](#) – que publica em quatro línguas (português, espanhol, francês, inglês).

Debate em parceria com Observatório da Sociedade Civil

“Impasses brasileiros: alternativas da sociedade civil para um desenvolvimento socio-ambientalmente justo”.

Julho de 2015

Outra ação em desenvolvimento por esta parceria entre Observatório e *Projeto Novos Paradigmas* diz respeito ao desenvolvimento de um cadastro de práticas sustentáveis existentes no Brasil a ser disponibilizado no site do Observatório da Sociedade Civil, como aquelas relacionadas à agroecologia (produção de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, sem transgênicos), recuperação de rios, energia solar, saneamento básico e tantas outras temáticas da área. Para além do levantamento, a intenção será torná-las disponíveis para acesso público e fortalecer sua incidência política, apresentando e debatendo estas ideias e práticas junto a parlamentares e autoridades do Executivo.

Outras atividades previstas são a promoção de dois debates regionais, bem como ações de incidência no Congresso que se articulam com o aprendizado adquirido pela Abong no âmbito de sua atuação pela aprovação da Lei n.º 13.019.

Além disso, para o próximo período, a meta é ampliar a produção de conteúdos e favorecer o intercâmbio na América Latina dessas práticas inovadoras.

A Abong tem desenvolvido, desde 2010, eventos e ações visando a resignificar o termo desenvolvimento, como a publicação *Por um outro desenvolvimento* (disponível no site da Abong) e a contribuição na organização da Cúpula dos Povos, por ocasião da Conferência Internacional Rio+20 (2012), ambas amplamente descritas no relatório anterior. Mais recentemente, é possível citar a ampla ação durante o Fórum Social Mundial 2015, em Túnis, durante o qual foi realizado, em parceria com outras organizações – CIDSE, DKA (Áustria), *Focuson Global South*, Fórum Internacional de Plataformas Nacionais de ONGs (FIP), *People's Dialogue*, *Rural Women Assembly* (RWA) – um Debate sobre o tema *Para além do desenvolvimento: como construir sociedades justas e sustentáveis*. ■

Campanha **TTF Brasil**

Ditadura financeira, arrecadação fiscal, modelo econômico, modelo de desenvolvimento. O que significa um olhar crítico e alternativas para o formato existente de relações econômicas? Como seria construir outras possibilidades de desenvolvimento mais sustentáveis e menos desiguais? Por que não instituir, por exemplo, limites internacionais às emissões de carbono? Por que não frear o comércio mundial de bens e serviços em cuja produção haja traços de desrespeito aos direitos sociais ou devastação do ambiente?

Para produzir informações e análises críticas, além de apresentar e debater alternativas a políticas econômicas, fiscais e financeiras vigentes, entre outros assuntos dessa seara, um conjunto de organizações criou a Campanha TTF Brasil.

TTF é a sigla de Taxa sobre Transações Financeiras. Taxas (ou Tributos, no Brasil) sobre Transações Financeiras são instrumentos que propõem uma mudança de paradigma em decisões políticas e econômicas fazendo com que essas levem em consideração prioridades sociais em vez do lucro tão somente. É uma proposta elogiada por economistas de alto nível ao redor do mundo.

No âmbito internacional, diversas redes e movimentos – entre eles, ATTAC, Robin Hood e Campanha ZeroZe-

roCinco – iniciaram um debate mais aprofundado sobre o tema, fruto da crítica sobre desenvolvimento que se difundiu rapidamente nos últimos anos no âmbito das Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

A Campanha TTF Brasil, encabeçada pela Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero com o apoio da Abong, pretende fortalecer o debate sobre a criação de uma taxa sobre as transações financeiras internacionais – inclusive as que envolvem câmbio de moedas, ações e derivativos em mercados de especulação.

E essa meta tem uma enorme importância prática e simbólica. Mesmo com alíquotas menores que 1%, as TTF incidiriam sobre um volume grande de recursos, já que os mercados financeiros giram trilhões de dólares por dia. O valor arrecadado chegaria a algumas dezenas de bilhões de dólares ao ano, o suficiente para enfrentar problemas de enorme relevância que, por sua natureza, só podem ser resolvidos por meio de ações

É possível conhecer mais da Campanha em:
www.ttfbrasil.org

A proposta da iniciativa é que as pessoas e organizações possam dar suas opiniões, enviar análises, participar ativamente na produção de comunicação sobre o tema. Toda contribuição é bem-vinda!

“Acreditamos na força de nossas ideias e dos fatos para quebrar duas das principais estratégias que a ditadura financeira maneja para manter seu poder e privilégios: a desinformação e os mitos. Assim, consideramos que apresentar de forma crítica dados reais sobre o sistema financeiro e a economia globalizada é, provavelmente, a melhor forma – e a mais democrática e transparente – de promover um tipo de mobilização que gere mudanças.”

Trecho da carta de compromisso da **Campanha TTF Brasil**

planetárias. A superação da epidemia de AIDS, das desigualdades de gênero, do aquecimento global, a erradicação da pobreza e a promoção da justiça social são apenas alguns exemplos. Acrescentar como próximo parágrafo:

Sendo assim, quando se fala em reforma tributária, a estratégia deve se ater à implementação de um modelo progressivo, de maneira a que passem a contribuir com mais impostos as camadas sociais que sejam mais bem aquinhoadas na repartição do bolo do patrimônio e da renda. Paga mais tributo quem possui mais riqueza ou quem recebe mais dinheiro. Simples assim, uma mera questão de equidade e de restabelecimento de padrões mínimos de justiça social. E as possibilidades de utilização de instrumentos de tributação com esse fim são bastante amplas, podendo ser também de incidência internacional.

A Campanha TTF Brasil pretende qualificar e denunciar aspectos do que as Organizações da Sociedade Civil entendem como a “ditadura financeira”. Esse leque de interesses inclui:

- o controle crescente que as finanças exercem sobre os governos e parlamentos;
- o agravamento das desigualdades internacionais, com o surgimento de uma classe ínfima de megarricos, que muitos estudiosos chamam de “oligarquia financeira”;

Alguns números

70
vezes mais



PIB mundial

Segundo o Banco de Compensações Internacionais, o mercado financeiro mundial movimentou **setenta vezes** mais valor monetário do que a soma de todo **Produto Interno Bruto (PIB) global** – a soma do PIB de todos os países.

0,05%
sobre
derivativos

68 bilhões
de dólares



A implementação de Taxas sobre Transações Financeiras de **apenas 0,05%** no mercado de derivativos, por exemplo, traria em torno de **68 bilhões de dólares** por ano para serem investidos no desenvolvimento humano, como declarado no âmbito dos oito Objetivos do Milênio, mas passando a figurar como política pública e não mais como filantropia.

6x
mais saúde

11x
mais
educação

De acordo com a organização não governamental Justiça Fiscal e Auditoria da Dívida, o Brasil usa **seis vezes** mais recursos para alimentar a dívida pública do que na **saúde**, e **onze vezes** mais do que na **educação**.

Participantes da Campanha TTF Brasil

Gestos
Soropositividade,
Comunicação
e Gênero

Foaesp
Fórum das ONGs Aids do Estado
de São Paulo

Inesc
Instituto de Estudos
Socioeconômicos

- a multiplicação dos “paraísos fiscais”, nos quais o crime internacional e os megamilionários convivem (e escondem suas fortunas das sociedades).

Essa é uma articulação política da sociedade civil organizada com o objetivo de estabelecer justiça social e democracia econômica para o desenvolvimento humano e ambiental sustentável.

A campanha é fundamentalmente informativa e propositiva e como primeiro instrumento foi criado um boletim noticioso e analítico, distribuído por e-mail. Em março de 2015, foi lançado o blog e uma página na rede social Facebook, bem como uma sequência de encontros debateram vários aspectos do assunto em Brasília. ■

Reforma Política

As reformas propostas são muitas e todas estruturais. Para além da reformulação dos sistemas financeiro e tributário, nesse último triênio, algumas ações e encaminhamentos importantes da atuação da Abong e de suas associadas se deram sobre a agenda da Reforma Política. A Abong integra a [Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político](#), que assumiu um papel fundamental frente à Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas e ao Plebiscito pela Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político.

Em 2013, a Abong participou da criação e aprovação do Manifesto da Sociedade Civil pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, juntamente com a elaboração do Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) da Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas. Atualmente, a Coalizão é formada por 114 das mais representativas entidades e movimentos sociais do País.

O PLIP da Coalizão tem quatro eixos principais:

1. a proibição do financiamento de campanha por empresas e adoção do Financiamento Democrático de Campanha;
2. eleições proporcionais em dois turnos;
3. paridade de gênero na lista pré-ordenada;
4. fortalecimento dos mecanismos da democracia direta com a participação da sociedade em decisões nacionais importantes.

O Projeto de Lei n.º 6.316/13, proposto pela Coalizão, foi apresentado na Câmara pela deputada Luiza Erundina (PSB-SP) e foi entregue ao Parlamento com mais

de 700 mil assinaturas no dia 20 de maio de 2015, data que marcou o Dia Nacional de Mobilização pela Reforma Política Democrática.

Um dos eixos do Projeto foi alvo de grande repercussão em todo o Brasil após a sua votação na Câmara dos Deputados, em maio de 2015. Um dia depois de rejeitar a inclusão do financiamento empresarial de campanha na Constituição, a Câmara dos Deputados organizou uma manobra e colocou o tema em votação novamente como parte das discussões da Reforma Política (PEC 182/07). Com isso, foi aprovada, por 330 a 141 votos, uma emenda aglutinativa que permite que partidos, e não candidatos/as, recebam doações de empresas nas eleições.

A Abong, movimentos e outras OSCs fizeram grandes mobilizações, produziram conteúdos, artigos e reportagens, e incidiram diretamente para reverter a votação. Em 18 de novembro, a Câmara dos Deputados manteve o veto da presidenta Dilma Rousseff ao financiamento empresarial de campanhas eleitorais.

O tema fazia parte do Projeto de Lei da Minirreforma Eleitoral (PL 5.735/13). O veto seguiu decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), decidiu pela inconstitucionalidade do financiamento privado de campanhas por empresas com base na legislação em vigor antes do PL. Ao vetar a matéria, o Executivo assumiu argumentos do Supremo de que o texto “confrontaria a igualdade política e os princípios republicano e democrático”.

Outro eixo importante sobre a pauta da Reforma Política aconteceu no final de 2015, em Belo Horizonte. A Campanha pela Constituinte Exclusiva, durante o Encontro Nacional e Popular pela Constituinte, discutiu e aprovou a nova proposta que pretende retomar



No site da [Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas](#) encontram-se disponíveis o Projeto de Lei de Iniciativa Popular na íntegra, conteúdos sobre a proposta da Coalizão e outras informações sobre como participar.

Diversas atividades e ações foram e estão sendo organizadas pela Coalizão e pelo Plebiscito, a fim de informar a sociedade civil e coletar assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular, além de denunciar os riscos da contrarreforma. No final de março de 2015, aconteceu a Semana de Mobilização pela Reforma Política Democrática, com participação de diversos Estados do País.

“Vamos fazer das Assembleias espaços para discutir o Brasil que queremos, o projeto de país que desejamos. A Constituinte de 1986, que levou à Constituição de 1988, foi baseada na representação. Foi o mesmo processo das eleições que temos hoje, onde o povo elege representantes e eles fazem as leis. Queremos criar uma Constituinte que tenha um processo político presente na sociedade, alicerçada no poder popular, com participação real da população.”

José Antonio Moroni, da Plataforma dos Movimento Sociais

e aprofundar o trabalho de mobilização e politização da sociedade para essa causa fundamental, buscando envolver cada vez mais pessoas, participantes ou não de movimentos organizados.

Essa é a função das Assembleias Populares pela Constituinte: mobilizar os comitês e militantes já engajados/as no tema da Constituinte e formá-los para levar essa discussão a mais pessoas, tratando as diversas demandas da sociedade brasileira e suas relações com as distorções do sistema político. Para isso, será feito um novo processo de “formação de formadores/as”, com etapas nacionais, estaduais e regionais, capacitando pessoas do movimento para essa nova fase. Essas pessoas se tornarão multiplicadoras, ampliando a capilaridade e o alcance da Campanha.

Várias outras ações fizeram parte da atuação da Abong sobre essa agenda. Um ponto de destaque é a qualificação do debate sobre participação. E várias ações nesse sentido são feitas no âmbito do Observatório da Sociedade Civil e podem ser acompanhadas.

Plebiscito Constituinte

A campanha por uma [Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político](#) foi lançada em novembro de 2013. Desde então, foram realizadas plenárias nos Estados, momentos formativos, produção de publicações, mobilizações para construir coletivamente um amplo debate para a reforma do sistema político. A Abong foi uma das organizações apoiadoras dessas ações, tendo participado da semana da consulta com uma urna de votação no prédio onde se localiza seu escritório nacional, em São Paulo. Fez uma grande incidência junto às associadas e em conjunto com as Direções Estaduais, produzindo e disseminando informações.

A votação aconteceu na Semana da Pátria, de 1 a 7 de setembro de 2014, e mais de 7 milhões de brasileiros/as votaram sim por uma Constituinte Exclusiva e Soberana para a Reforma do Sistema Político. Ao todo, 477 organizações em todo o País instalaram urnas onde votaram cerca de 6 milhões de pessoas. Outras 1,74 milhões votaram pela internet.

O Plebiscito contava com uma única pergunta: “Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?”. Entre os/as que votaram, 97% foram favoráveis à proposta – cerca de 7,4 milhões de pessoas. Outros 2,75% votaram “não”. ■



“É por isso que precisamos urgentemente de uma reforma do sistema político. E sabemos de antemão que a grande maioria dos/as atuais parlamentares, eleitos/as pelo velho sistema, não tem qualquer interesse nesta reforma. Sabemos também que parte do atual governo, eleito também segundo os velhos métodos, igualmente não quer nenhuma reforma profunda. Portanto, a reforma política só ocorrerá sob pressão da sociedade civil, dos movimentos sociais, das ruas”.

Trecho de editorial do **Informes Abong 530**, de fevereiro de 2015

Fórum Social Mundial

O Fórum Social Mundial tem um papel de destaque diante de todas essas bandeiras e ações encabeçadas pela Abong, pois no âmbito do Fórum é possível fortalecer articulações e aprofundar debates e estratégias das agendas políticas comuns. Em 2013, a primeira edição do evento em Túnis, capital do país que deu origem ao movimento de democratização chamado Primavera Árabe, foi um momento de superação e, ao contrário dos temores, teve um clima favorável, de muito debate e participação de jovens, mulheres e Organizações da Sociedade Civil.

O pequeno país de 11 milhões de habitantes foi o berço de um processo revolucionário que começou no início de 2011. A Primavera Árabe, como foi chamada, estendeu-se a nove países nas regiões do Magrebe e do Maxerreque, no Norte da África e no Oriente Médio, e derrubou quatro ditadores. Em março de 2015, passados quatro anos, a Tunísia é o único desses países engajado no fortalecimento da democracia.

O FSM 2013 representou um importante apoio mundial a todo o processo de democratização da Tunísia e revitalizou reflexões, articulações e agendas mundiais. O Brasil e a Abong, como uma importante referência, investiram no desafio de reorganização e mobilização em torno de pautas comuns e do papel do FSM para as próximas edições.

Em 2014, o Fórum Social Temático foi um importante momento para rearticular organizações e movimentos sociais brasileiros, meta definida e pactuada no Plano Trienal da Abong ainda em 2013. Em Porto Alegre, reuniram-se mais de 5 mil militantes sociais durante quatro dias, em 17 atividades de convergência, com cerca de 300 convidados/as internacionais e nacionais representando em torno de 40 países. A

Abong atuou juntamente com outras organizações da reunião de redes e movimentos sociais brasileiros na realização de uma grande atividade conjunta durante o Fórum e outras durante o ano de 2014 para a rearticulação do Comitê Brasileiro.

Esse foi um processo muito importante para o planejamento da participação brasileira no FSM 2015. A expectativa era grande após o sucesso de 2013 e a nova conjuntura política da Tunísia, já com sua nova constituição, novo parlamento e novo presidente.

Com o tema “Dignidade, Direitos”, o evento ocorreu em condições adversas inesperadas, após o atentado (no dia 18 de março, seis dias antes do início do FSM 2015) no renomado Museu do Bardo, ao lado do Parlamento tunisiano, no qual 24 pessoas foram brutalmente assassinadas, 45 feridas, a maioria turistas das mais diversas nacionalidades e regiões do mundo.

O FSM caiu na armadilha da luta contra o terrorismo. Visões diferentes opuseram, de um lado, o coletivo de organizações que coordenou o envio da delegação brasileira e outras organizações e movimentos do Conselho Internacional (CI) do FSM e, de outro, a coordenação do comitê organizador local, que enfatizou exclusivamente a luta contra o terrorismo como propósito do Fórum.

No total, cerca de 45 mil pessoas e 4,4 mil organizações e movimentos de 122 países fizeram-se presentes. A maioria da África do Norte e do Oriente Médio, mas também da Europa, de diversos países africanos e das outras regiões do mundo. O número foi inferior às expectativas iniciais (antes do atentado, esperava-se cerca de 60 mil pessoas), mas permaneceu expressivo. Mais de mil atividades autogestionadas aconteceram durante todo o evento.

Houve uma avaliação globalmente positiva em relação ao evento, à participação brasileira, à condução do projeto de mobilização, pelo seu caráter transparente e democrático, e que possibilitou uma compo-

“A delegação brasileira, a mais importante da América Latina, destacou-se pela sua diversidade. Cerca de 200 pessoas de mais de 100 organizações e movimentos de todo o Brasil representaram os mais diversos segmentos: movimentos negros, juventude, mulheres, pessoas com deficiência, reforma agrária, saúde, educação, centrais sindicais, movimentos culturais, direito à cidade, justiça ambiental, justiça de transição, LGBT, povos tradicionais, democratização da comunicação, economia solidária, entre outros.”

Trecho de editorial do **Informes Abong 532**, de abril de 2015

Processo **brasileiro** de construção do **Fórum Social Mundial**

Conselho Internacional do **Fórum Social Mundial**

Geledês
Instituto da Mulher Negra
(Representando a **Rede latino-americana**)

Ibase
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IPF
Instituto Paulo Freire

Coletivo **Brasileiro** do **Fórum Social Mundial**

Camp
Centro de Assessoria Multiprofissional
(Representando a **Abong**)

Geledês
Instituto da Mulher Negra

Coletivo **Baiano** do **Fórum Social Mundial**

Apabla
Associação das pessoas com Albinismo na Bahia

Cecup
Centro de Educação e Cultura Popular

Coletivo **Gaúcho** do **Fórum Social Mundial**

Camp
Centro de Assessoria Multiprofissional

Participação em **Seminários** Amazonas, Bahia, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo

Cecup
Centro de Educação e Cultura Popular

Cese
Coordenadoria Ecumênica de Serviço

Delegação **brasileira** do **Fórum Social Mundial Tunísia 2013**

Ibase
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IPF
Instituto Paulo Freire

Vida Brasil
(Representando a **Abong**)

Gamba
Grupo Ambientalista da Bahia

Germen
Grupo de Defesa e Promoção Socioambiental

GTNM-BA
Grupo Tortura Nunca Mais - BA

Vida Brasil

Ceap
Centro de Educação e Assessoramento Popular

IDhES
Instituto de Estudos Jurídicos de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais

Cria
Centro de Referência Integral de Adolescentes

Gapa-BA
Grupo de Apoio à Prevenção à Aids da Bahia

IB - Instituto Braços
Centro de Defesa dos Direitos Humanos em Sergipe

Instituto Búzios

SOS Corpo
Instituto Feminista para a Democracia

Ação Educativa
Assessoria, Pesquisa e Informação

Cecup
Centro de Educação e Cultura Popular

Fase
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Ibase
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Inesc
Instituto de Estudos Socioeconômicos

Delegação **brasileira** do **Fórum Social Mundial Tunísia 2015**

Ação Educativa
Assessoria, Pesquisa e Informação

Apalba
Associação das Pessoas com Albinismo na Bahia

Criola
Instituto da Mulher Negra

Germen
Grupo de Defesa e Promoção Socioambiental

Participação no **Fórum Social Temático Porto Alegre 2014**

Amencar
Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente

Associação Civil Greenpeace

Participação no **Fórum Social Temático Porto Alegre 2016**

Ação Educativa
Assessoria, Pesquisa e Informação

Amencar
Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente

Camp
Centro de Assessoria Multiprofissional

IPF
Instituto Paulo Freire

Iser Assessoria
Religião, Cidadania e Democracia

SOS Corpo
Instituto Feminista para a Democracia

Vida Brasil
(Representando a **Abong**)

GTNM-BA
Grupo Tortura Nunca Mais - BA

Ibase
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IPF
Instituto Paulo Freire

Instituto Búzios

Iser Assessoria
Religião, Cidadania e Democracia

SOS Corpo
Instituto Feminista para a Democracia

Vida Brasil
(Representando a **Abong**)

Camp
Centro de Assessoria Multiprofissional

IDhES
Instituto de Estudos Jurídicos de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais

Unipop
Instituto Universidade Popular

Vida Brasil
(Representando a **Abong**)

Ceert
Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades

Equip
Escola de Formação Quilombo dos Palmares

Fundação Fé e Alegria do Brasil

IPF
Instituto Paulo Freire

A participação da delegação brasileira no Fórum Social Mundial 2015, em Túnis, foi resultado de um projeto coletivo de âmbito nacional: um processo participativo levou à realização de diversos eventos de mobilização nos dois últimos anos, dentre os quais, um seminário internacional preparatório rumo a Túnis em janeiro de 2015, em Salvador, e um processo público de seleção de representantes de organizações.

Paralelamente, houve dinâmicas próprias de articulação das organizações em diversos Estados, como na Bahia (onde uma parte da delegação recebeu o apoio do governo do Estado), Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Amazonas, coordenado por sete organizações (Abong, Ciranda Comunicação, Central Única dos Trabalhadores, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Geledés – Instituto da Mulher Negra, Instituto Paulo Freire e União Brasileira de Mulheres) e gerenciado pela Abong.

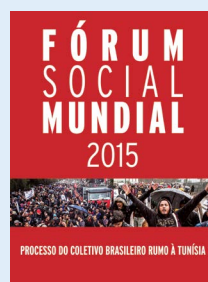
A delegação brasileira levou cerca de 200 pessoas de mais de 100 organizações e movimentos de todo o Brasil e representou os mais diversos segmentos:

movimentos negro, de juventude, de mulheres, de pessoas com deficiência, pela reforma agrária, saúde, educação, centrais sindicais, movimentos culturais, pelo direito à cidade, pela justiça ambiental, pela justiça de transição, LGBT, povos tradicionais, democratização da comunicação, economia solidária, entre outros.

Na tenda Casa Brasil, as organizações brasileiras propuseram um conjunto de debates sobre participação social e popular, experiências e modelos democráticos, Agenda 2030, enfrentamento ao racismo e democratização da comunicação. Entre outras atividades, a delegação brasileira foi recebida pela Embaixada do Brasil e organizou uma missão

humanitária à Palestina, logo depois do FSM, para prestar solidariedade à população local no que se refere às violações dos direitos humanos.

Como resultado, a Abong lançou uma [publicação que contém todo o relato da participação brasileira no FSM 2015](#).



sição plural da delegação, ou ainda sobre as parcerias estabelecidas entre as organizações e com os parceiros apoiadores. A presença em Túnis viabilizou espaços de formação social e política, intercâmbios e articulações, nacional e internacionalmente, nos mais diversos campos de atuação.

O Brasil deu início a uma dinâmica de articulação entre as organizações em torno do FSM que merece ter continuidade: pode ajudar para além das suas fronteiras, para apontar caminhos para o próprio processo de construção do FSM, mas também para uma atuação comum em prol da defesa de direitos. ■

Agenda 2030

A Agenda 2030, como passou a ser chamada a agenda de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) a partir de sua adoção oficial na Assembleia Geral da entidade em setembro de 2015, ganhou grande espaço na pauta de atuação da Abong nos últimos anos.

Internacionalmente, o debate se inicia após a Rio+20, em 2012, com o compromisso assumido pela ONU no documento *O Futuro que Queremos*.

Durante a Cúpula dos Povos, que ocorreu em paralelo à Rio+20, a sociedade civil organizada conseguiu incidir fortemente para que o processo em fase de incubação na ONU pudesse ser construído de forma mais participativa do que foram Objetivos do Milênio (ODS).

“A nossa geração é a primeira com recursos e conhecimento para acabar com a pobreza extrema e colocar nosso planeta em um curso sustentável, antes que seja tarde demais”.

Ban Ki-moon, Relatório da ONU, 2014

Além dos espaços de diálogo e negociações intergovernamentais, foi criado um calendário com vários fluxos de trabalho envolvendo as diferentes agências das Nações Unidas e a sociedade civil (com participação também dos governos), incluindo, por exemplo, consultas

Entendendo o caminho



A Agenda Pós 2015 foi um processo iniciado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para formular os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em substituição aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que de 1990 a 2015 buscaram influenciar os planos de desenvolvimento e políticas públicas de todos os países, em nome do combate à pobreza e em defesa dos direitos humanos.

Durante a cúpula Rio+20 (Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável), em 2012, iniciou-se um processo de discussão e planejamento de novos objetivos. Nesse contexto, foi pensada a Agenda Pós 2015, uma agenda comum para o desenvolvimento (ambiental, social e econômico) global com objetivos e metas a serem alcançados até 2030.

As discussões propostas por essa agenda vão na linha de enfrentar estruturalmente as questões centrais colocadas ao futuro da humanidade, como a justiça social e o respeito aos limites do planeta, e englobam diversas pautas de essencial importância, como a ambiental da Rio+20, das populações com a Cairo+20, das mulheres e equidade de gênero com a Pequim+20 (importantes cúpulas e acordos que cumpriram 20 anos em 2012).

Com 17 Objetivos e 169 metas, os ODS foram aprovados em setembro de 2015, durante Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque. O desafio que se coloca atualmente para o Brasil e o mundo é como estruturar a implementação dos objetivos de forma efetiva, transparente e participativa.

nacionais lideradas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em mais de cem países, e consultas temáticas online abertas às Organizações da Sociedade Civil do mundo inteiro. O envolvimento da sociedade civil foi mediado por campanhas globais compostas por influentes OSCs de diversos países, como a Beyond 2015 e a *Sustainable Development*.

A Abong foi o ponto focal da campanha Beyond 2015 no Brasil e iniciou um processo de diálogo com a sociedade civil para influenciar as metas e facilitar o acesso às informações sobre as negociações inter-governamentais em curso no cenário internacional. A primeira ação com esse propósito foi uma oficina com organizações associadas à Abong presentes em sua Assembleia de 2013 para compartilhar as estratégias da campanha Beyond 2015, conhecer melhor o processo em curso na ONU e elaborar propostas representativas das organizações que atuam em defesa dos direitos e bens comuns no Brasil para o processo de consulta nacional puxado pelas Nações Unidas por meio dos governos nacionais.

A partir dessa primeira consulta, a Abong assumiu o desafio de articular e mobilizar organizações, lideranças e segmentos prioritários no Brasil e integrar o debate internacionalmente. Seu principal objetivo foi garantir que as contribuições, avaliações, realidades, demandas e propostas estivessem presentes nas novas metas. Esse processo resultou em uma forte articulação da sociedade civil capaz de incidir e monitorar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que se inicia a partir desse ano (2016).

A partir de 2014, o debate sobre o Pós 2015 ganhou maior fôlego na pauta da sociedade civil brasileira e da América Latina. O Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 resultou do trabalho da Abong em articular diversas organizações e movimentos nacionais de forma a fortalecer as convergências e potencializar a incidência coletiva e a visibilidade de outras entidades no processo. Constituiu-se como um coletivo de cerca de 40 organizações que, reunidas, conseguiram qualificar as pautas e a participação brasileira e da América Latina no processo. Outras associadas à Abong estiveram presentes, tais como o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e a Agenda Pública.

A participação da sociedade civil foi essencial para que os ODS fossem muito mais estruturantes e estratégicos que os ODM, incluindo questões de justiça, direito e desigualdades, além da discussão sobre o financiamento do desenvolvimento. Assumiu a coordenação desse processo a Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero, que representou a Abong nos processos de articulação e incidência internacional em torno da Agenda 2030. A entidade participou ativamente dos espaços de incidência da sociedade civil global no processo de definição dos ODS. A Abong esteve presente na 68ª Assembleia da ONU, em 2013, além de acompanhar as reuniões do Grupo de Trabalho Aberto (GTA) e do Comitê de Peritos para o Financiamento Sustentável, espaços oficiais da ONU para dialogar com a sociedade civil, inclusive na Conferência de Financiamento para o Desenvolvimento, em Adis Abeba, em julho de

OBJETIVOS **DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**



É possível encontrar os ODS traduzidos na página www.brasilnaagenda2030.org, assistir ao vídeo produzido e também ver as diferentes mobilizações que aconteceram em todo o Brasil. São parceiros da Abong na Agenda 2030, a *Beyond 2015* (www.beyond2015.org) e a *Action 2015* (www.action2015.org).

Outros eventos fizeram parte dessa Agenda, em datas estratégicas, como o debate realizado no Dia da Terra, Dia da Juventude.

2015, e na 70ª Assembleia Geral que aprovou os novos ODS, em setembro de 2015, em Nova Iorque.

Na liderança dessa articulação, a Abong ampliou a mobilização de mídia e a produção de conteúdos, e fortaleceu a publicação de artigos sobre a Agenda 2030 em importantes veículos de mídia tradicional e alternativa como *Le Monde Diplomatique Brasil*, *Folha de S.Paulo*, *Correio Braziliense*, *Carta Capital* e *Sul 21*, e nos canais de importantes parceiros, como *TTF Brasil*, *Vida Brasil*, *Gestos - Soropositividade*, *Comunicação e Gênero* e *Fórum Internacional de Plataformas Nacionais de ONGs* (FIP).

Além de fazer uma forte incidência com seus próprios meios de comunicação, como o *Informes Abong* (boletim informativo mensal da Associação) e o Observatório da Sociedade Civil, criou, com o GT Pós 2015, o blog *Brasil na Agenda 2030* com informações

sobre o processo de construção dos ODS e as ações, visões e análises da sociedade civil em cada nova etapa de negociação.

Para qualificar a comunicação sobre os ODS, a Abong e a Gestos produziram as publicações *A Agenda Pós-2015 – A Sociedade Civil e o Futuro que Queremos Pautar na ONU*, e *Garantir Desenvolvimento Sustentável: o desafio das nações até 2030*, publicada em outubro de 2015. Em 2016, lançaram *A Abong e a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável – participação social para transformar o mundo*. Todos documentos estão disponíveis no site da Abong.

Relembrando o caminho trilhado

- A Abong entra no processo em 2012, incentivada por articulações internacionais às quais pertence, mais especificamente pelo Fórum Internacional de Plataformas Nacionais de ONGs (FIP) e *Mesa de Articulación de Asociaciones Nacionales y Redes de ONGs de América Latina y el Caribe*.
- Em dezembro de 2012, a Abong foi escolhida, por uma articulação internacional de redes da sociedade civil (campanha global *Beyond 2015*, integrada por OSCs internacionais e coalizões globais como o *Call for Action Against Poverty* e o Fórum Internacional de Plataformas Nacionais de ONGs) para ser ponto focal da campanha e

realizar uma consulta nacional com organizações do seu campo de atuação (defesa de direitos e bens comuns) no Brasil.

- No primeiro semestre de 2013, promoveu um seminário de mobilização e visibilidade em São Paulo e três oficinas temáticas (Salvador, Recife e Brasília) com organizações associadas e parceiras sobre temas específicos: enfrentamento ao racismo; infância e juventude; e HIV e equidade de gênero. Participaram 78 organizações, redes e movimentos.
- Publicou o resultado, ainda em 2013, no relatório *O mundo que queremos pós 2015*, que apresenta um conjunto de recomendações para o governo brasileiro e para a ONU, entregue à Secretaria-Geral da Presidência da República, ao Ministério do Meio Ambiente, ao Itamaraty e ao PNUD.
- Promoveu o seminário de abertura do Fórum Social Temático de Porto Alegre 2014 com o tema “Crise capitalista e Agenda Pós-2015”, realizado juntamente com parceiros do Chile, França, Brasil e Egito.
- Participou, ainda em 2014, das duas edições da Arena da Participação Social Pós-2015, organizadas pela Secretaria-Geral da Presidência da República, em fevereiro, no Rio de Janeiro, e em maio, em Brasília.
- Deu continuidade à articulação das OSCs interessadas no tema, com reuniões virtuais periódicas, formando o Grupo de Trabalho (GT) da Sociedade Civil para a Agenda 2030.
- Realizou, em São Paulo, em setembro de 2014, reunião do GT da Sociedade Civil para a Agenda 2030, que contou com a participação da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Itamaraty.
- Integrou a campanha internacional da Civicus *World Alliance for Citizen Participation*, em parceria com o Departamento das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNDESA). Em novembro de 2014, realizou, em Recife, com o Conselho Diretor da Abong, reunião nacional para traçar estratégias sobre o tema.
- No FSM 2015, em Túnis, realizou atividade sobre o tema na Casa Brasil.
- A Abong integra a Estratégia ODS, fórum tripartite de diálogo social entre entidades municipais, OSCs e organizações de investimento privado para a Agenda 2030.
- Em junho de 2015, realiza a segunda reunião

A *Gestos*, com o apoio da Abong, também foi responsável por coordenar uma ação global em abril de 2014, chamada “Bandeira Vermelha” (“RedFlag”), documento que reuniu mais de 800 organizações de todo o mundo denunciando a ausência dos Direitos Humanos no debate e o risco de que a agenda das populações marginalizadas ficasse de fora do Pós 2015.



nacional do GT da Sociedade Civil para a Agenda 2030 em São Paulo, com a participação da SGPR, o Itamaraty, o Ipea e diversas agências da ONU.

- Em agosto de 2015, realizou a terceira reunião do GT da Sociedade Civil para a Agenda 2030 em Brasília, com participação da SGPR e Ipea, e uma rodada de incidência no Ministério do Meio Ambiente, no Ministério do Planejamento e no Itamaraty.

- Um dia antes da abertura da 70ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, que aprovaria os ODS, a Abong liderou a mobilização “Ilumina o Caminho” (*Light the Way*), uma parceria com a campanha *Action 2015*, que teve um grande evento cultural em São Paulo, no Largo da Batata, e outras dez ações descentralizadas Brasil afora, envolvendo diferentes movimentos e coletivos, para chamar a atenção sobre a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- Em novembro de 2015, realizou, em Brasília, a quarta reunião do GT da Sociedade Civil para a Agenda 2030, com a SGPR e com o PNUD, além de realizar rodada de incidência na Câmara dos Deputados, dialogando com presidentes de comissões relevantes ao tema, o que resultou na aprovação de audiências públicas temáticas a serem realizadas a partir de março de 2016.
- Em janeiro de 2016, realizou oficina sobre o tema no Fórum Social Temático, em Porto Alegre.

A Sociedade Civil e o futuro dos ODS

A Agenda 2030 pautará o desenvolvimento de 193 países nos próximos 15 anos. Os desafios iniciais já começam a aparecer e apenas estratégias sólidas e articuladas entre os níveis global, regional e nacional serão capazes de superá-los.

Na avaliação da Abong, para garantir incidência política efetiva da sociedade civil será necessário o fortalecimento de agendas articuladas entre os diferentes setores e a criação de estruturas formais de diálogo no âmbito dos governos, sobre os processos de implementação, financiamento e monitoramento dessa agenda.

A Abong defende que a sociedade civil organizada seja reconhecida como interlocutor chave nesse

processo. Isso é de importância vital para que o setor privado e as Parcerias Público-Privadas, cada vez mais incorporadas na gestão pública, não ocupem lugar de destaque, neutralizando a potencialidade da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de desafiar os problemas estruturais do Brasil e do mundo.

No Brasil, as OSCs que acompanham e pautam o debate internacional do desenvolvimento sustentável, organizadas no GT da Sociedade Civil para a Agenda 2030, reivindicam a criação de uma Comissão Nacional para influenciar, acompanhar e monitorar a formulação dos indicadores e a implementação dos ODS, com capacidade decisória e composição que contemple diferentes segmentos, incluindo a sociedade civil.

Além disso, faz parte dos desafios das OSCs ampliar o debate e a mobilização da sociedade sobre os ODS e contribuir para a territorialização da agenda, em permanente diálogo com outros movimentos. ■

O FIP e o Pós 2015

Com a *Beyond 2015*, *CAN International* e *Participate*, o Fórum Internacional de Plataformas Nacionais de ONGs (FIP) formou a principal campanha de sensibilização da sociedade civil sobre a agenda Pós 2015. Em aliança com a Abong e o Coletivo Brasileiro do Fórum Social Mundial 2015, em Túnis, o FIP coorganizou o Debate sobre A sociedade civil global e a agenda de desenvolvimento pós-2015.

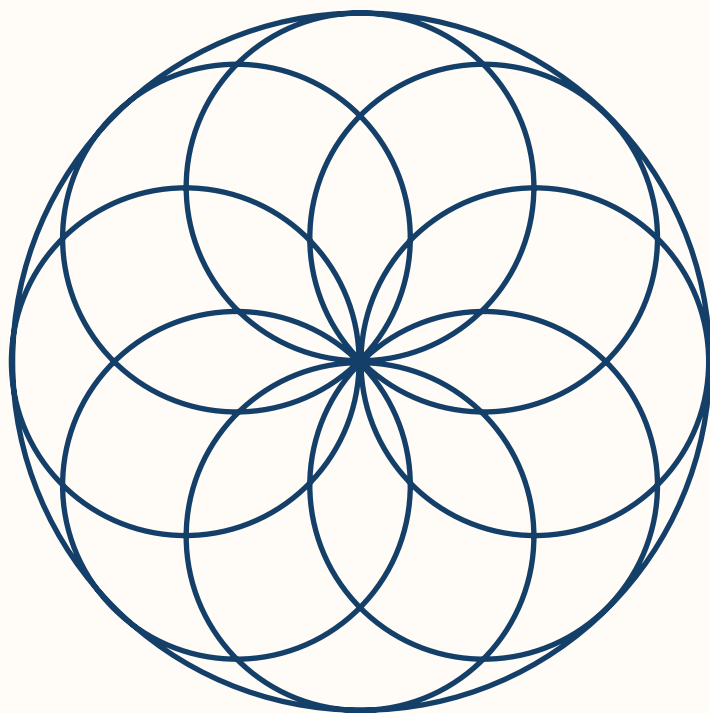
O FIP esteve presente durante as Assembleias Gerais da Organização das Nações Unidas (AGNU), nas quais coorganizou, ao lado de CIVICUS, *Beyond 2015* e AMCP, um evento especial sobre as demandas da sociedade civil para a agenda de desenvolvimento pós 2015, ocasião em que distribuiu seu documento *Chamada da Sociedade Civil para um futuro justo e sustentável*.

Em dezembro de 2015, em Paris, o Conselho do FIP decidiu iniciar os procedimentos para converter-se em uma organização autônoma com sede na França, sob a Lei de Associação de 1901.

Para a Agenda 2030, pretende-se criar um grupo de trabalho para orientar o FIP nesse tema, que seguirá trabalhando na produção de propostas concretas de ação mundial sobre a nova agenda, afirmando uma rota e um cronograma para acelerar o ritmo e fixar um plano de ação.

Também vai continuar participando do diálogo aberto e construtivo com as demais iniciativas da sociedade civil que procuram estabelecer um conjunto de ações para a Agenda 2030, incluindo a *Together 2030*.

Fortalecimento da base associativa



Ao lado de outras frentes de atuação, o fortalecimento da base associativa tornou-se a “prioridade zero” da Abong neste triênio.

Apostar nessa meta significou trilhar diversos caminhos, construindo projetos específicos, conquistando parceiros estratégicos e mobilizando sua base associativa para participar ativamente de cada etapa.

Para a Abong, isso é fundamental para alcançar objetivos inerentes à sua missão.

Construir um ambiente mais favorável para a atuação das Organizações da Sociedade Civil brasileiras, fortalecer a capacidade de comunicação dessas organizações e contribuir para a sua formação em áreas estratégicas como sustentabilidade, gestão e incidência fazem parte do escopo de ações necessárias para promover a constituição de uma sociedade civil forte e atuante, fator essencial para a radicalização da democracia.

Projeto **Compartilhar Conhecimento**

Uma das maiores realizações da Abong e suas associadas neste triênio foi o desenvolvimento de projetos absolutamente focados no fortalecimento dessas organizações. Uma dessas iniciativas foi a implementação do **Projeto Compartilhar Conhecimento: uma estratégia de fortalecimento das OSCs e de suas causas**. O objetivo geral do Projeto foi desenvolver processos de formação para articulação e fortalecimento político institucional das OSCs, com vistas à ampliação e qualificação de suas ações, da capacidade de ação coletiva do setor e do diálogo com a sociedade.

O Projeto foi desenvolvido de janeiro de 2014 a dezembro de 2015 e teve como papel fundamental discutir formas e táticas para o campo, focando em temas estratégicos como gestão democrática, mobilização de recursos, incidência política, comunicação integrada e educação social.

Além de fortalecer sua base associativa, a Abong estendeu essa oportunidade a organizações não filiadas, mas com objetivos políticos pares. Um ponto relevante foi o diálogo entre todas as entidades e a mobilização promovida, pois, para a Abong, essa é uma oportunidade de conhecer outras OSCs e descobrir novos projetos aliados às suas bandeiras e lutas. Nessa lógica, o que foi percebido é que entidades recém-formadas e sem institucionalidade criam vínculos com as organizações mais antigas e tradicionais do campo, uma troca de extrema importância para a renovação das lutas e seus formatos.

Um grande legado do **Projeto Compartilhar Conhecimento** é a valorização de outras entidades pelo papel que desempenham dentro de seus territórios

de incidência e no âmbito de suas lutas, e não pelo tempo de existência e atuação. As OSCs que participaram das formações oferecidas pela iniciativa tratam de diferentes temas, estão localizadas em regiões distintas, inserem-se em contextos diversos e organizam-se de formas diferenciadas.

As atividades do **Compartilhar** foram estruturadas em três estratégias, articuladas entre si: a formação dessas organizações em temas relativos aos processos de desenvolvimento institucional e incidência política; a difusão da produção de conhecimento desse campo por meio da criação de uma biblioteca digital; e a ampliação do acesso à orientação jurídica. Transversal a todas as atividades do Projeto esteve a mobilização das organizações em defesa dos direitos e bens comuns, para incrementar a capacidade de atuação em rede.

As principais ações do **Projeto Compartilhar** foram:

- atividades de formação estruturadas em doze cursos presenciais envolvendo as diversas regiões do Brasil, seis cursos à distância e oito palestras ou debates virtuais;
- estruturação e publicização de uma biblioteca digital com materiais de diversas OSCs, além do acervo da Abong;
- construção e disponibilização de uma estrutura de orientação jurídica virtual específica para atender às OSCs.

Mobilizar para compartilhar

Na execução do Projeto, um primeiro momento priorizou a mobilização como estratégia de articulação das Organizações da Sociedade Civil e pessoas para formações nas modalidades presencial e à distância (EaD). Esse processo foi fundamental, pois, além de fomentar contatos, promoveu o compartilhamento de informa-

ções importantes para as organizações e o envolvimento dos/as participantes nas lutas da Abong.

O **Compartilhar Conhecimento** incidiu nas cinco regiões do País – sendo as regiões Norte e Centro-Oeste unificadas – por meio de um canal de diálogo estabelecido entre as organizações mobilizadoras do Projeto e a própria Abong. As organizações mobilizadoras, todas associadas à Abong, foram selecionadas em um processo decisório coletivo com as associadas integrantes do Conselho Diretor. São elas: a Rede Acreana de Mulheres e Homens (AC), o Ibase – Instituto Brasileiro de

Análises Sociais e Econômicas (RJ), a Equip – Escola de Formação Quilombo dos Palmares (PE), o Camp – Centro de Assessoria Multiprofissional (RS) e a Elo - Ligação e Organização (BA).

“Sem a mobilização, a troca entre as entidades não é tão efetiva. Esse instrumento possibilita compartilhar experiências, conhecer trabalhos e promover integração. É um ponto crucial na organização de um projeto como o *Compartilhar Conhecimento*.”

Ronimar Ferreira de Matos, assessora da Rede Acreana de Mulheres e Homens – organização mobilizadora do Projeto nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Organizações Mobilizadoras



5 organizações pelo Brasil

2 organizações intercalaram a tarefa na região **Nordeste**, um ano cada; **1** organização realizou o trabalho de mobilização de duas regiões: **Norte** e **Centro-Oeste**

Formação **presencial** e à **distância**

O *Compartilhar Conhecimento* ofereceu ao todo doze cursos presenciais e seis na modalidade EaD, entre agosto de 2014 e novembro de 2015. Foram três cursos independentes, cada um deles com quatro turmas presenciais e duas em EaD: Gestão Democrática e Transparência; Comunicação Estratégica e Incidência Política; e Mobilização de Recursos. Alguns

assuntos foram trabalhados transversalmente em todas as formações, como o contexto social e político das Organizações da Sociedade Civil, o desenvolvimento socioambiental e a participação social.

Todos os temas foram demandas apresentadas pelas organizações e foram trabalhados a partir dos princípios da educação popular, isto é, valorizando os conhecimentos e práticas já desenvolvidas pelas organizações ao longo de suas trajetórias. Isso esteve na perspectiva dos/as formadores/as e tutores/as do Projeto no que se refere ao investimento, envolvimento e preparação dos cursos.

Participaram das formações

565
alunos/as totais

236
participantes presenciais

348
participantes EaD

Alguns/mas destes/as alunos/as estiveram presentes nos **cursos presenciais** e também nos **cursos EaD**



467
OSCs representadas

128
associadas à Abong

339
não associadas

As formações presenciais ocorreram em **todas as regiões** do País, sendo as do **Norte** e **Centro-Oeste** com participantes de ambas as regiões

Temáticas das formações

Gestão Democrática e Transparência



O tema “Gestão Democrática e Transparência” foi estruturado para apropriação, por parte das OSCs, das ferramentas de gestão em um formato aplicável, eficaz e colaborativo. A gestão

nesse formato promove qualificação das ações, amplia a capacidade de ação coletiva e o diálogo direto das organizações com a sociedade.

“A importância da gestão democrática nas Organizações da Sociedade Civil está no compartilhamento das decisões tomadas pelas instâncias decisórias. A questão central é que todos compreendam a deliberação: isso é fundamental para a saúde, coerência e construção coletiva da organização.”

Adriana Ramos, membro da Direção Executiva da **Abong**.

Comunicação Estratégica e Incidência Política



O tema “Comunicação Estratégica e Incidência Política” foi abordado trazendo aspectos da comunicação popular, comunitária e dialógica, correlacionada com as novas

convergências e os formatos possíveis e aplicáveis a cada realidade. Procurou também favorecer o planejamento nessa área, elemento fundamental para que as organizações passem a identificar os fatores estratégicos da comunicação, tanto para a organização, como também para suas causas. Fundamentalmente, procurou estimular o debate tratando a comunicação como direito humano e abordando aspectos da democratização das políticas de comunicação no Brasil.

“Orientações, debates, novas perspectivas e impulso são instrumentos que podem colaborar para a solidificação dessas entidades. O *Compartilhar Conhecimento* tem esse papel e já se percebe a integração e o fortalecimento a partir das redes de comunicação criadas nas próprias formações.”

Antônia de Maria Mendes Rodrigues, coordenadora do Ibase – organização mobilizadora do Projeto na região Sudeste.

Mobilização de Recursos



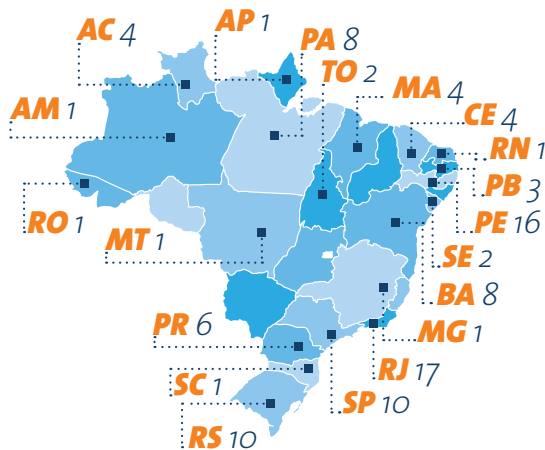
O terceiro tema, “Mobilização de Recursos”, representa um processo complexo para as organizações, pois está condicionada a muitas variáveis, como documentação, capacidade de

elaboração de projetos, ambiente favorável para a atuação, capacidade de comunicação, entre outras. O curso procurou abordar esses aspectos lidando com as diferentes realidades e dimensões das organizações, trazendo elementos do Marco Regulatório e a perspectiva do desenvolvimento sustentável, bem como a mobilização como ação de educar e engajar a sociedade na atuação das OSCs, formando uma base social de apoio a essas organizações

“O curso foi muito importante para nossa organização, nos ajudou a perceber o quanto temos que melhorar nossa divulgação de ações e bandeiras. Estamos revendo nosso planejamento para estabelecer uma comunicação mais estruturada e estratégica.”

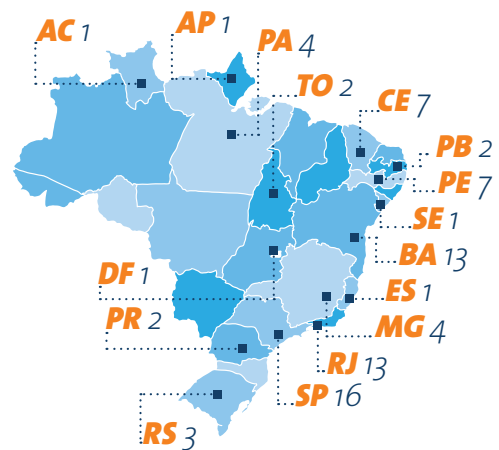
Alex Ferdelle do Nascimento, do Centro Dom José Brandão de Castro - participante da formação que aconteceu na região Nordeste do País.

Cursos presenciais



Associadas por Estado

Cursos EaD



Associadas por Estado

Educação à distância (EaD)

Uma importante dimensão estratégica deste Projeto foi o desenvolvimento de uma plataforma de educação à distância, usada tanto para os processos formativos, como para apoiar ações de articulação.

Foram oferecidas seis formações na modalidade EaD, de outubro de 2014 a novembro de 2015. A carga horária dos cursos, que trataram dos mesmos temas das formações presenciais, foi de 60 horas e a duração total de nove semanas.

Houve uma grande demanda por parte de integrantes da equipe de trabalho de diferentes organizações de defesa de direitos em diversos cantos do País. A procura foi muito superior ao número de vagas oferecidas:

totalizaram-se 898 inscrições, das quais foram selecionados/as 573 participantes para as três turmas. Roraima foi o único Estado brasileiro não representado nas formações EaD. Os/as alunos/as que acessaram o ambiente Moodle (plataforma virtual escolhida para estruturação das formações à distância) ao menos uma vez pertenciam a 323 Organizações da Sociedade Civil, sendo 28% delas associadas à Abong.

Trata-se da primeira experiência da Abong com a educação à distância, uma modalidade ainda pouco explorada no campo da defesa de direitos no Brasil, que permite ampliar o alcance dos processos educativos. Com essa iniciativa inovadora, buscou-se avançar na direção de estabelecer pontes entre as tecnologias da informação e as pessoas do campo social, com suas potencialidades e limitações tecnológicas; entre o mundo virtual e a educação popular; entre a presença física e a presença virtual.

Biblioteca Digital Brasileira de OSCs

Como mais uma ação do *Projeto Compartilhar Conhecimento*, a Abong também lançou a [Biblioteca Digital Brasileira de OSCs](#), uma plataforma tecnológica com ferramentas para otimizar as atividades de captura, organização e tratamento, armazenamento, publicação, acesso e compartilhamento dos conhecimentos produzidos. O objetivo é tornar acessível e reconhecida a produção de conhecimento das Organizações da Sociedade Civil, além de auxiliar, prin-

“O grande ganho é disseminar o recado de que as Organizações da Sociedade Civil fazem parte do processo de busca por democratização da comunicação e do conhecimento e que essa busca está aliada à visibilidade e ao avanço de suas demandas políticas.”

Francisco Lopes, especialista em Biblioteconomia e professor da Faculdade de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

principalmente aquelas que não possuem recursos para digitalizar suas publicações ou criar materiais virtuais. Em longo prazo, a intenção é que a Biblioteca armazene não apenas textos, mas também arquivos de vídeo e áudio, e garanta plena acessibilidade e autopublicação. Outro desafio é ampliar o Projeto para criar uma Biblioteca Nacional das Organizações da Sociedade Civil, pois nesta primeira fase o foco foram as publicações de associadas à Abong.

A ferramenta utilizada na criação da Biblioteca está ancorada na ideia de preservação digital, que otimiza as buscas e possibilita a visibilidade institucional das entidades, de seus conteúdos e temáticas. Tem relação direta com a ideia de acesso aberto e democratização do conhecimento. O movimento *Open Access*, iniciado no meio acadêmico, tem por objetivo romper com barreiras políticas, econômicas e técnicas impostas no acesso ao conhecimento. ■

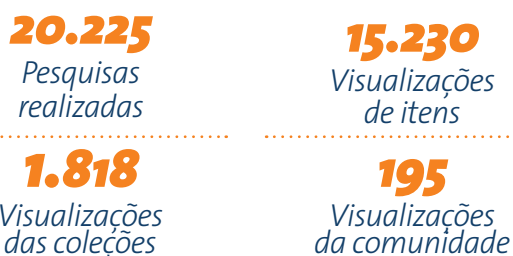
Resultados alcançados

Em novembro de 2015, o acervo disponível já contava com mais de 1.400 itens catalogados – livros, relatórios de projetos ou institucionais, artigos e materiais didáticos – divididos em 28 coleções temáticas, abrangendo os principais assuntos trabalhados por essas organizações, como meio ambiente, relações de gênero, participação popular, arte e cultura, justiça e promoção de direitos.

Total de itens na Biblioteca Digital



Indicadores de uso da Biblioteca Digital



As 43 organizações associadas à **Abong** listadas ao lado possuem conteúdos na Biblioteca Digital Brasileira de Organizações da Sociedade Civil.

www.bibliotecadigital.abong.org.br

Bahia

CAA

Centro de Assessoria do Assuruá

Gamba

Grupo Ambientalista da Bahia

MOC

Movimento de
Organização Comunitária

Sasop

Serviço de Assessoria
a Organizações Populares Rurais

Vida Brasil

Distrito Federal

Inesc

Instituto de Estudos
Socioeconômicos

Maranhão

Fórum Carajás

Centro dos Direitos das
Populações da Região de Carajás

Pará

Unipop

Instituto Universidade Popular

Paraná

Assesoar

Associação de Estudos,
Orientação e Assistência Rural

Pernambuco

Gestos

Soropositividade,
Comunicação e Gênero

SOS Corpo

Instituto Feminista
para a Democracia

Rio de Janeiro

Abia

Associação Brasileira
Interdisciplinar de AIDS

Abraso

Associação Brasileira
de Ostimizados

AS-PTA

Assessoria e Serviços a Projetos
em Agricultura Alternativa

Campo

Centro de Assessoria
ao Movimento Popular

Camtra

Casa da Mulher
Trabalhadora

Casa da Arte de Educar

Associação Casa das Artes
de Educação e Cultura

Cepia

Cidadania, Estudo,
Pesquisa, Informação e Ação

Criar Brasil

Centro de Imprensa,
Assessoria e Rádio

Criola

Fundação CDDH
Bento Rubião

Ibase

Instituto Brasileiro de
Análises Sociais
e Econômicas

Iser Assessoria

Religião, Cidadania
e Democracia

Novamerica

Pacs

Instituto Políticas
Alternativas para o Cone Sul

Redeh

Rede de Desenvolvimento
Humano

SFB

Solidariedade França-Brasil

São Paulo

Associação Civil
Greenpeace

Care

Internacional Brasil

Ceert

Centro de Estudos das Relações
de Trabalho e Desigualdades

Cenpec

Centro de Estudos e
Pesquisas em Educação,
Cultura e Ação Comunitária

Centro de Estudos
Psicopedagógicos
Pró-Saber

CFSS

Coletivo Feminista
Sexualidade e Saúde

CPI-SP

Comissão Pró-Índio de São Paulo

Fundação

SOS Mata Atlântica

Geledés

Instituto da Mulher Negra

Instituto Avisa Lá

Formação Continuada
de Educadores

Instituto Kairós

Ética e Atuação
Responsável

IPF

Instituto Paulo Freire

ISA

Instituto Socioambiental

Pólis

Instituto de Estudos,
Formação e Assessoria
em Políticas Sociais

RME

Rede Mulher de Educação

Programa Orientação Jurídica

O serviço de Orientação Jurídica Virtual foi estruturado em três frentes de atuação: o atendimento jurídico; a produção de boletins informativos; e a produção de vídeo-aulas, disponibilizadas na internet. O atendimento jurídico respondeu dúvidas e questões jurídicas das associadas à Abong e outras OSCs participantes das formações presenciais promovidas pelo *Projeto Compartilhar Conhecimento*. O atendimento a cerca de 60 diferentes situações ao longo do Projeto foi realizado por e-mail e telefone, por advogados/as especializados/as.

A análise das demandas mais recorrentes gerou uma seção de perguntas e respostas e oito edições do *Boletim Orientação Jurídica*, com periodicidade bimestral, com conteúdos e análises mais amplas e aprofundadas sobre temas relevantes.

Por fim, o Programa contemplou a produção de três vídeo-aulas sobre questões jurídicas que envolvem o campo das OSCs. Todos os conteúdos produzidos no âmbito do *Programa Orientação Jurídica* são de auto-

ria da advogada Paula Raccanello Storto, do Szazi Bechara Storto Advogados.

É possível acessar a seção de respostas para as dúvidas mais frequentes das organizações, as oito edições do *Boletim Orientação Jurídica* e também as vídeo-aulas e mais informações sobre o Programa no site da Abong. ■

Associadas que utilizaram o serviço de Orientação Jurídica Virtual



Compartilhando mais conhecimento

No caso do *Compartilhar Conhecimento*, uma importante dimensão estratégica foi a aposta em metodologias inovadoras e o uso de tecnologias que pudessem ampliar e dar insumos para os processos formativos.

Para sistematizar e compartilhar essa experiência, o Projeto produziu uma importante publicação que conta, de forma mais aprofundada, as suas principais inovações. O material buscou reunir de forma sintética as informações mais relevantes sobre o percurso e que pudessem ser úteis para experiências futuras de outras Organizações da Sociedade Civil.

O documento está dividido em três partes:

1. Apresentação do Projeto
2. Inovações metodológicas do Projeto: Educação à Distância (EAD) e Biblioteca Digital
3. Guia rápido de Orientação Jurídica para Organizações da Sociedade Civil

Essa publicação pode ser acessada na seção [Publicações do site da Abong](#).

Principais **temáticas** **objeto das consultas:**

- tributação das OSCs, imunidades e isenções tributárias;
- relações contratuais com o Poder Público;
- relações de trabalho, contratação de pessoas e políticas afirmativas;
- universo, natureza e formatação jurídica das Organizações da Sociedade Civil.

Projeto **Comunicação e Direitos Humanos**

Entendida como processo e espaço de exigibilidade social e política dos direitos humanos, a comunicação influencia diretamente na atuação política e pressão social, na medida em que organizações, redes e movimentos sociais dela se valem, direta ou indiretamente.

Em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), o *Projeto Comunicação e Direitos Humanos* teve como meta incidir proativamente para a mudança da cultura de direitos humanos por meio de formações em comunicação como ferramenta de controle e pressão social. Implementada em 2013, a iniciativa focou na necessidade dos movimentos e organizações ampliarem seu potencial de mobilização social, além de fortalecerem o diálogo com a sociedade sobre suas pautas e demandas.

A formação consistiu em um ciclo de quatro oficinas em “Comunicação e Direitos Humanos”, responsável também por aproximar pessoas e organizações que formaram a Rede Nacional de Comunicadores e Comunicadoras de Organizações não Governamentais e Movimentos Sociais para a Educação em Direitos Humanos – RENACOMDH.

O *Projeto Comunicação e Direitos Humanos* contou com a participação de 107 comunicadores/as de organizações da base associativa da Abong e também não associadas, além de movimentos parceiros nas cinco regiões do Brasil. As oficinas foram realizadas nos meses de abril e maio de 2013 em São Paulo (SP), Belém (PA), Olinda (PE) e Porto Alegre (RS). Os conteúdos debatidos foram: Direitos Humanos e Exigibilidade; Democratização da Comunicação; Comunicação para Educação em Direitos Humanos; Comunicação Alternativa; Comunicação nas ONGs e Movimentos Sociais; e Planejamento Estratégico: estratégias, ferramentas e mecanismos (Comunicação Interna, Comunicação Externa e Relacionamento com a Mídia; Mídias Sociais; Marketing Social).

O Projeto viabilizou ainda a ampliação do Banco de Fontes existente no site da Abong e a produção da *Revista ComunicaDH*, com onze textos escritos por doze integrantes da RENACOMDH, abordando nove diferentes temáticas dos Direitos Humanos. Cerca de 500 destinatários receberam a versão impressa da Revista, sendo 480 OSCs e movimentos sociais, dez congressistas e dez universidades. ■

“As redes sociais e as ferramentas digitais aproximam as pessoas e permitem processos ricos de produção coletiva. É como um grupo de trabalho virtual em que ideias e propostas vão se somando, aglutinando e agregando novas falas e conhecimentos. Ao final, a gente nem sabe mais de quem foi aquela ideia genial. Pode ter sido de alguém que se inspirou na fala de outra pessoa. Saber da autoria pra quê? A produção coletiva via rede tem outro sabor!”

Mauri Cruz, diretor estadual da **Abong** no Rio Grande do Sul.

“Pudemos multiplicar a oficina do *Projeto Comunicação e Direitos Humanos*, da Abong, realizada em Belém (PA), para outras organizações, principalmente no interior do estado do Tocantins, aprimorando assim o trabalho de comunicação interna e o desenvolvimento institucional dessas entidades”.

Silvia Patrícia Costa, diretora estadual da **Abong** no Tocantins

“Apesar de caminharmos na mesma direção, vivemos realidades diferentes neste Brasil multicultural, enfrentando e superando barreiras sociais diariamente. Esta luta é árdua e gratificante e, muitas vezes, é necessário que nos afastemos e lancemos um olhar para realidades diversas da nossa para repensarmos objetivos e estratégias. A troca de experiências vivenciadas na oficina do *Projeto Comunicação e Direitos Humanos*, da Abong, revitalizou a construção do conhecimento e planejamento de ações coerentes e consistentes.”

Dóris Macedo, da Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher.

“As atividades possibilitaram um valioso fortalecimento do conhecimento acerca das ferramentas e processos comunicativos desenvolvidos por pessoas e movimentos sociais, tendo em vista que a utilização da comunicação por meio de diferentes plataformas se configura como espaço de exigibilidade social e política dos direitos humanos”.

Emerson Alves, do CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional.

Comunicação: uma política de fortalecimento

A área de Comunicação da Abong tem papel central na vida da Associação. Suas premissas estão vinculadas ao objetivo de posicionar institucionalmente a entidade e sua atuação, bem como de visibilizar suas pautas, que são um produto da articulação com sua base associativa, composta por cerca de 250 Organizações da Sociedade Civil que atuam pela defesa de direitos e bens comuns. Em fortalecer essa base, bem como esse campo, aumentando e qualificando a capacidade de comunicação de organizações associadas, pares e movimentos parceiros está a essência da política de comunicação da Abong.

Pautas que unificam a Abong e as organizações representadas por ela dão conta de questões atreladas à construção de um ambiente mais favorável para a atuação da sociedade civil organizada que a reconheça e a legitime no processo de avanço da democracia, bem como à garantia e à democratização de direitos

e bens comuns para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Tais pautas também incorporam as bases da comunicação produzida pela Abong, bem como seus canais, processos e fluxos.

O acesso à informação aberta, transparente e de qualidade é fundamental para a construção de uma sociedade justa. Faz parte da missão da comunicação da Abong ampliar o conhecimento da sociedade sobre questões relevantes que, muitas vezes, têm pouca veiculação nos grandes meios de comunicação. Aproximar a sociedade das OSCs e dar visibilidade às ações dessas entidades também são metas essenciais da rotina de comunicação da Abong que buscam objetivamente promover a sustentabilidade política e combater a criminalização do campo.

No triênio 2013-2016, a Comunicação da Abong contou com diversas ações estrategicamente planejadas com vistas aos objetivos de mobilização e incidência inerentes à meta prioritária de fortalecer sua base associa-

tiva e seu campo (da defesa de direitos e bens comuns).

Estruturada por eixos de trabalho voltados à comunicação institucional, interna, externa e relacionamento com a mídia, a Associação buscou expandir o alcance da voz do campo da defesa de direitos e bens comuns, trabalhando pela ampliação de sua capacidade de produzir comunicação de qualidade, pela expansão de seus públicos interlocutores e pelo aprimoramento de sua incidência sobre os meios de comunicação. Neste sentido, a Abong se tornou porta-voz referencial em pautas e espaços nacionais e internacionais de primeira importância, como Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil, Fórum Social Mundial, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Novos Paradigmas de Desenvolvimento.

Para além de uma visão instrumental da comunicação, a Abong procurou construir alianças com movimentos e redes que organizam a luta pelo direito à comunicação no Brasil. Isso não é uma ação nova, pois em alguns espaços históricos de incidência política, essa pauta sempre foi tratada e construída de maneira intensa, como no Fórum Social Mundial e no Fórum Mundial de Mídia Livre. Importantes parcerias foram construídas nesse período, como, por exemplo, todo o debate sobre desenvolvimento sustentável feito em parceria com o portal de notícias *Outras Palavras*, a *Análise de Mídia* produzida com a ANDI – Comunicação e Direitos, a parceria com a *Carta Capital* para a visibilização da Agenda 2030 e a formação para jornalistas realizada em conjunto com a Artigo 19.

Campanha de *filiação*

A campanha de filiação **#MaisAbong** fez parte das ações relativas ao fortalecimento da base associativa e do campo das organizações de defesa de direitos e bens comuns. Seu formato, objetivos e mensagens começaram a ser gestados ainda em 2013 pelos membros da Direção, de acordo com as demandas apresentadas na Assembleia daquele ano.

Foi uma campanha que contemplou diferentes estratégias de ação, mobilizando suas associadas e propondo ações de comunicação compartilhada. Nesse sentido, colocou a base associativa da Abong como ator essencial para a consolidação deste discurso a da valorização desta rede e das organizações que a compõem. Dessa forma, a campanha foi pensada para alcançar públicos distintos – associadas, não associadas e sociedade civil em geral – e para difundir temas e causas diversas, entendendo ser essa diversidade uma característica fundamental do campo Abong. O desafio, bastante valorizado pela Direção, gerou grande aprendizado para a Associação no que se refere a sair do lugar comum do marketing.

Alguns dos objetivos foram o aumento de espaços de interação virtual, a fim de integrar pessoas que já atuam nas Organizações da Sociedade Civil, a aproximação da sociedade como um todo para que conheça e/ou participe das discussões do campo e a construção de uma visão positiva da ação e do papel das OSCs no Brasil, ressaltando o trabalho, transpa-

rência e relevância política desses atores para o fortalecimento da democracia.

As ações referentes às redes sociais, canal prioritário do eixo de comunicação, aconteceram, predominantemente, entre outubro e dezembro de 2014. A proposta consistiu em uma grande mobilização por meio das páginas da Abong no Facebook e no Twitter, com a veiculação de mais de 80 peças gráficas e animações em vídeo em torno dos seguintes princípios:

- + *Direitos Humanos*
- + *Democracia*
- + *Participação Social*
- + *Sociedade Civil Organizada*
- + *Justiça Socioambiental*

A ação contou também com um material impresso personalizável, cuja proposta era permitir às associadas disseminar a campanha e divulgar o seu próprio trabalho. Todas essas estratégias contribuíram com a visibilidade da rede Abong, integração de ações e fortalecimento local de temas comuns, a exemplo do Marco Regulatório.

Para além do eixo de trabalho mais voltado à comunicação, a iniciativa contou ainda com um grande esforço de articulação e diálogo das direções estaduais

junto às suas bases locais, envolvendo outras organizações, redes e lideranças da área social nas diferentes regiões brasileiras, que realizaram reuniões e eventos para mobilizar e ampliar o debate sobre as OSCs, seu papel e o caráter das ações conjuntas, ou em rede, proporcionados por coletivos como a Abong.

MaisDiálogo, #MaisAbong!

facebook.com/MaisDialogoMaisDireitos
facebook.com/associacao.abong
twitter.com/ABONGBrasil



Números da **campanha** nos **dois primeiros meses** de ação massiva nas **redes sociais**

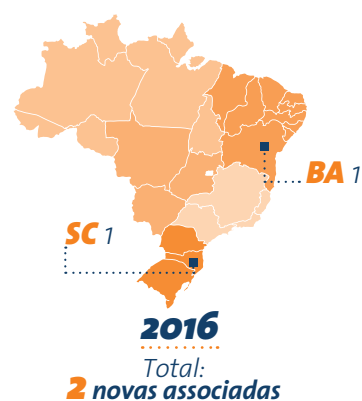
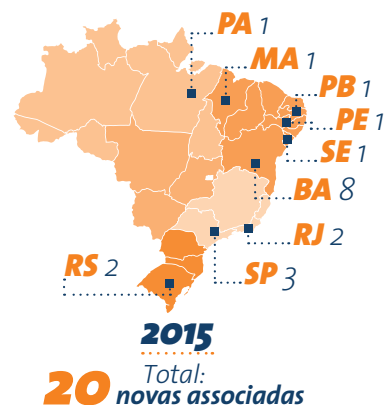
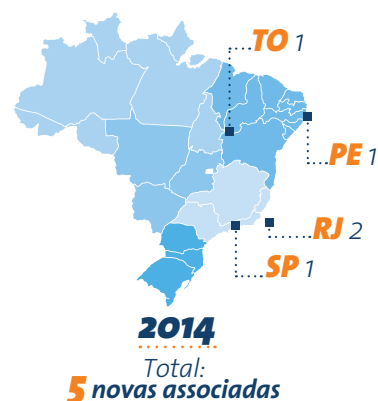
Em especial, na página da **Abong** no **Facebook** (06/10/2014 a 06/12/2014)

Alcance de cerca de **95 mil** pessoas

Crescimento de cerca de **2,5 mil** seguidores da página

Alcance de cerca de **65 mil** pessoas por meio da veiculação de **vinhetas institucionais** em agosto de 2015

Evolução de filiação: **triênio 2013-2016**



Entre **2013** e **2016**, um total de **30** entidades se associaram à **Abong**, **20** delas só em **2015**

Outros **caminhos** percorridos...

A Abong e suas associadas defendem a comunicação como direito humano e lutam com movimentos sociais deste campo pela democratização dos meios de comunicação, pois essa pauta é condição fundamental para o fortalecimento da democracia. Assim, a Associação usa essa ferramenta para apoiar e divulgar a pauta da democratização da comunicação e maximizar a capacidade de mobilização e êxito das outras tantas lutas específicas das organizações de defesa de direitos e bens comuns.

Fez parte desse esforço, o aprimoramento dos processos e fluxos de comunicação internos e externos. No último período, foram promovidas ações de diversas ordens: algumas com foco na maior exposição do trabalho da Associação e de suas associadas, tais como campanhas nas redes sociais e atividades de produção e disseminação de conteúdos; outras voltadas a reformulações e ajustes em seus canais (site e páginas nas redes sociais Facebook e Twitter) e em processos e fluxos internos de trabalho.

São destaques do triênio o *Projeto Comunicação e Direitos Humanos* e o eixo de formação em Comunicação Estratégica e Incidência Política, duas ações com meta de auxiliar as associadas e outras organizações em seus planos e atividades de comunicação. Com uma abordagem da comunicação estratégica direcionada a organizações, movimentos e projetos sociais, considerando sua estrutura, contexto em que estão inseridas e suas metas, os conteúdos se voltaram ao uso das diferentes ferramentas e linguagens da comunicação, visando ao desenvolvimento institucional, à articulação de parcerias, à mobilização e ao engajamento social.

Outras iniciativas importantes se somam a essas, como a “Oficina Virtual Marco Regulatório: Comunicação e Incidência Política”. A intenção foi aprofundar o assunto junto a organizações e movimentos sociais parceiros. A oficina foi a primeira transmitida ao vivo.

Referente ao tema do Marco Regulatório, a Abong desenvolveu inúmeras estratégias, mas a comunicação assumiu um papel fundamental no processo, favorecendo a troca de informações e a mobilização das organizações, produção de conteúdos para diferentes públicos, como cartas abertas e artigos de opinião sobre o tema, além da articulação com outros meios de comunicação.

As redes sociais têm sido uma importante ferramenta para posicionamentos políticos frente a temas relevantes. Nesse sentido, a Abong tem procurado criar peças com mensagens conectadas a análises e informações sobre os diferentes assuntos. São exemplos: direitos sexuais e reprodutivos; violência contra as mulheres; direitos dos povos indígenas; combate ao extermínio da juventude negra; meio ambiente e desenvolvimento sustentável, entre outros.

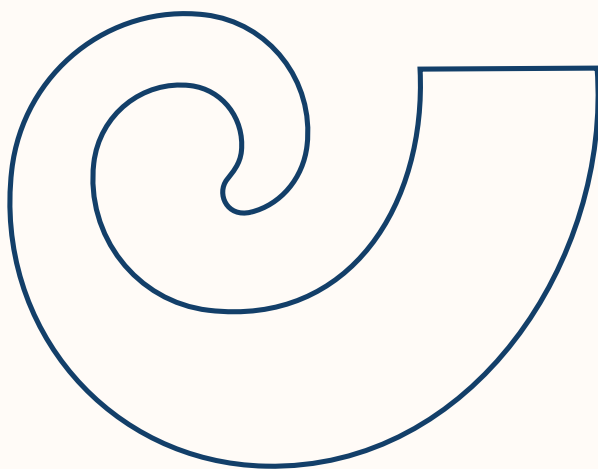
Além do aperfeiçoamento da estratégia em rede, muitos projetos nasceram com a proposta de produzir informações qualificadas sobre realidades específicas das OSCs. Nessa linha, é importante citar o Observatório da Sociedade Civil ou ainda o blog da Agenda 2030.

Colocar a comunicação como prioridade representa o fortalecimento da relação da Abong com suas associadas e com a sociedade em geral. Essa ação é fundamental para tornar a organização cada vez mais forte referência e fonte de informação qualificada sobre OSCs e suas bandeiras. ■



A Abong produz comunicação alinhada a seus valores, causas e prioridades.

Gestão da Abong: uma experiência em construção



A cada três anos, uma nova composição de direção desenvolve caminhos e estratégias para consolidar a Abong como uma associação representativa, aglutinadora nas suas teses, de busca por outro modelo de desenvolvimento com justiça socioambiental, democracia, diálogo e participação. Garantir a impessoalidade, a desconstrução de poder centralizador, a fluidez nas ações, a divisão de responsabilidades e compromissos políticos. Essas são algumas expectativas da base associativa que pautaram a ação da direção da Abong na gestão iniciada em fevereiro de 2013 e concluída em março de 2016.

Como acontece desde 2001, um forte aliado da gestão foi o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI), articulado de forma sistêmica à dinâmica

institucional da Associação. Seu objetivo, no período de 2013 a 2016, foi o reforço da incidência sociopolítica das associadas, redes parceiras e da própria Abong, fortalecendo sua estrutura de funcionamento e contribuindo para sua legitimidade e credibilidade junto à sociedade brasileira e internacional. O programa propôs ações de incidência visando à melhoria da sustentabilidade das OSCs e ações de comunicação com o objetivo de produzir conhecimento e informação sobre o impacto do trabalho dessas organizações, além de divulgar e promover mobilização em torno de suas causas. Em especial, o PDI é um aliado na construção de uma associação mais democrática, apoiando o desenvolvimento de iniciativas que ampliem o envolvimento, participação e compromisso entre Abong e suas associadas.

Desenvolvimento institucional: monitoramento e avaliação

Para entender e medir criticamente os resultados do PDI e gerar subsídios para o planejamento estratégico da próxima gestão, foi realizado um processo de avaliação institucional em 2015. Considerando as prioridades estabelecidas para o triênio 2013-2016 e os objetivos do PDI, em especial, a avaliação analisou documentos e publicações produzidas, além de realizar entrevistas com a equipe do escritório de São Paulo, membros do Conselho Diretor, com representantes de diversas organizações associadas e com parceiros e apoiadores, presencialmente e também por meio de um questionário virtual.

O processo de avaliação também contemplou uma conversa presencial e coletiva com a Direção Executiva, em São Paulo, uma reunião conjunta com os membros do Conselho Diretor, em Belém, além do acompanhamento parcial de um dos cursos do *Projeto Compartilhar Conhecimento*, realizado em São Paulo, em setembro, e do Seminário sobre o Marco Regulatório, realizado em Belém, em outubro, todos em 2015.

Os resultados da avaliação demonstram que a Abong conseguiu realizar muitos dos compromissos assumidos com as organizações, parceiros e sociedade de forma geral. A Abong e suas associadas têm muito a comemorar no período com relação à sua gestão e às metas alcançadas, apesar das dificuldades do contexto político, que se configuram em retrocessos em direitos conquistados anteriormente no Brasil.

Em 2013, a Assembleia da Abong definiu nova estrutura institucional, mudando de direções regionais para estaduais, o que visava a ampliar a comunicação e articulação com e entre associadas, assim como aumentar a diversidade nas representações do Conselho Diretor, valorizando sua contribuição na construção da entidade. Foram oito diferentes representações estaduais eleitas na última Assembleia (Acre, Bahia, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins) e mais duas foram incorporadas posteriormente (Paraná e Santa Catarina).

É relevante destacar também que as associadas assumiram diferentes papéis e compromissos. No processo de gestão construído ao longo dos anos pela Abong, esse aspecto representa uma grande

conquista e um importante avanço. Associadas de diferentes regiões assumiram frentes de ação significativas, como na incidência para a aprovação da Lei n.º 13.019, na articulação da Agenda 2030, no *Projeto Novos Paradigmas* ou na criação da Campanha TTF. Esse modelo descentralizado e colaborativo também influenciou significativamente o processo de organização da Delegação Brasileira para o Fórum Social Mundial 2015 na Tunísia.

Com relação à sustentabilidade política, é importante destacar o aumento da inserção da Abong nas mídias tradicional e alternativa, por meio de entrevistas, publicações e inclusive parcerias importantes, como no caso da ANDI – Comunicação e Direitos, Artigo 19, *Outras Palavras* e *Le Monde Diplomatique Brasil*. Com esses, para além de estreitar o diálogo, também foi possível realizar ações concretas relacionadas a temas prioritários como o Marco Regulatório para as OSCs, os ODS e os Novos Paradigmas de Desenvolvimento, entre outros.

A área da comunicação, de importância política e estratégica, estabeleceu metas referentes à diversificação de publicação e aumento de seguidores nas redes sociais Twitter e Facebook, que foram amplamente alcançadas ainda no primeiro ano da gestão. De forma geral, a avaliação mostrou que há um reconhecimento dos esforços da Abong em priorizar a comunicação com as associadas e com a sociedade e em fortalecer a publicação de informações, posicionamentos, análises e críticas sobre as inúmeras questões relevantes que integram a agenda política da organização.

Materiais como os boletins *De Olho na Abong*, *Informes Abong* e o próprio site da organização são espaços de opinião e informação bastante valorizados. Nesse período, conseguiram acompanhar de perto a agenda política e social do País e produzir posicionamentos importantes das OSCs sobre diferentes questões. Ao analisar os editoriais, artigos de opinião, as publicações da Associação, é possível encontrar inúmeros conteúdos importantes relacionados a questões indígenas, raciais, de gênero, meio ambiente e desenvolvimento, além de temas relacionados às pautas do Congresso, como foi o debate em torno da

redução da maioria penal ou a votação da Lei da Terceirização. Mais uma vez, foi fundamental o olhar colaborativo e democrático assumido pela gestão, que valorizou a multiplicidade de vozes e acessou os conhecimentos acumulados pela base associada que, por sua vez, assumiu um papel relevante na produção desses conteúdos e posicionamentos políticos.

Muito mais foi feito. Importantes projetos foram aprovados, como o *Compartilhar Conhecimento*, que fomentou ações de formação e produção de conheci-

mento junto às associadas, a conquista ou manutenção de parcerias significativas. Mesmo que algumas não estejam diretamente relacionadas ao PDI, essas parcerias impulsionaram e amplificaram ações correlacionadas a ele e vice-versa. O caso da incidência da Abong em relação ao MROSC é exemplar, pois em função do Programa e outros projetos aprovados ao longo da gestão foi possível aproximar a base associativa do tema e realizar atividades relacionadas em vários Estados. ■

“Com a Lei n.º 13.019, temos a base para iniciar um novo tempo na democracia brasileira, com o devido reconhecimento do valor da sociedade civil organizada e da legitimidade de que acessem recursos públicos, com base em regras claras e republicanas, para realizarem ações de interesse público. Agora, nossa tarefa será participar efetivamente da regulamentação e implementação da nova lei, transformando, por meio do diálogo, a cultura de desconfiança que, lamentavelmente, ainda impera em muitos órgãos administrativos e de controle.”

Trecho de Nota Pública da Abong – Lei n.º 13.019: um novo capítulo na história da democracia brasileira – 16/12/2015

Olhando para o futuro

O momento político exigirá da Abong e das associadas firmeza em seus princípios, reforço de sua identidade e persistência em seu objetivo de representar, fortalecer e articular organizações de defesa de direitos e bens comuns.

Da perspectiva da gestão, a democracia interna é entendida como um ponto a partir do qual ocorreram avanços, mas entende-se que é possível progredir para que as tomadas de decisão sejam, cada vez mais, fruto de um método colaborativo e participativo. Com relação à sustentabilidade financeira, há conquistas significativas no triênio, mas é preciso permanecer atento a essa demanda.

Um grande avanço na luta pelo Marco Regulatório aconteceu nesse triênio, com a aprovação da Lei n.º 13.019, em julho de 2014. Os desafios para a implementação da nova lei exigirão uma agenda ampla e unificada para o próximo período, que inclua formação para toda a base associativa e ações junto ao Poder Público. Também será necessário fortalecer a participação e envolvimento das OSCs na elaboração de projetos colaborativos nessa e em outras temáti-

cas. Na área internacional, por exemplo, será fundamental criar conexões capazes de incluir e envolver ainda mais as associadas. ■

Comentários sobre a gestão

Na gestão 2013-2016 a Direção Executiva da Abong foi composta por cinco membros, sendo três homens e duas mulheres – duas pessoas do Nordeste, duas do Sudeste e uma do Centro-Oeste –, todos/as representantes de organizações associadas à Abong. Funcionou de forma colegiada e dividida por temas e/ou responsabilidades assumidas, desde o início da gestão, em consonância com as potencialidades e em afinidade com os temas e agendas e/ou interesses individuais de cada membro. O objetivo da Direção colegiada é favorecer a gestão coletiva e compartilhada, a distribuição de responsabilidades, de poder e de saber.

O Conselho Diretor da Abong é composto pela Direção Executiva e as Direções Estaduais. Seu papel é planejar, orientar a implementação e monitorar o trabalho cotidiano da associação em acordo com os princípios políticos e as prioridades definidas em Assembleia.

Organizações associadas à Abong por região

Norte

APA-TO - Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins
APACC - Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes
CDDHEP-AC - Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular
CDH-ARAGUAINA - Centro de Direitos Humanos de Araguaína - TO
CDHP - Centro de Direitos Humanos de Palmas
CEDENPA - Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará
COMSAÚDE - Comsaúde - Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação
CVC - Centro de Valorização da Criança
IA - Instituto Ambient
IMENA - Instituto de Mulheres Negras do Amapá
MMCC-PA - Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Estado
MOPROM - Movimento de Promoção da Mulher
MRE - Movimento República de Emaús
ONG CIDADANIA - Organização Não Governamental Cidadania
PRÓ-VIDA - Associação Pró-Vida de Combate ao Câncer Dr. Iderval da Silva Sobrinho
RAMH - Rede Acreana de Mulheres e Homens
SDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
UNIPOP - Instituto Universidade Popular

Nordeste

AACC - Associação de Apoio às Comunidades do Campo
AATR-BA - Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia
ADELCO - Associação para o Desenvolvimento Local Co-Produzido
AESOS - Associação Educacional Sons no Silêncio
AFABE - Associação dos Filhos e Amigos de Bezerras
AMAZONA - Associação de Prevenção à Aids
APALBA - Associação das Pessoas com Albinismo na Bahia
APMS - Associação de Pais e Mestres de Apoio ao Desenvolvimento Social
ASSEMA - Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
AVANTE - Avante Educação e Mobilização Social
CAA - Centro de Assessoria do Assuruá
CAATINGA - Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições não Governamentais Alternativas
CAMA - Centro de Arte e Meio Ambiente
CASA DE PASSAGEM - Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente - Casa de Passagem
CASA RENASCER - CEDECA Casa Renascer
CCLF - Centro de Cultura Professor Luiz Freire
CDJBC - Centro Dom José Brandão de Castro
CDVHS - Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza
CEARAH PERIFERIA - Cearah Periferia
CEAS-BA - Centro de Estudos e Ação Social

CEAT - Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador e à Trabalhadora
CEATICA - Centro de Apoio a Trabalhos e Iniciativas na Área da Criança e do Adolescente
CECOR - Centro de Educação Comunitária Rural
CECUP - Centro de Educação e Cultura Popular
CEDECA-BA - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan
CEDECA-CE - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará
CELITA - Centro Cultural-Educativo de Lazer, Informação, Trabalho e Ação Social.
CENDHEC - Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social
CENTRAC - Centro de Ação Cultural
CENTRO SABIÁ - Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá
CEPAC - Centro Piauiense de Ação Cultural
CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CETRA - Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
CF8 - CF8 Centro Feminista 8 de Março
CHAME - Centro Humanitário de Apoio à Mulher
HAPADA - Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe
CIEG - Centro Interdisciplinar de Estudos Grupais Enrique Pichon-Rivière
CIPÓ - Comunicação Interativa
CJC - Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro
CJP-SALVADOR - Comissão de Justiça e Paz de Salvador
CMC - Centro das Mulheres do Cabo
CMN - Casa da Mulher do Nordeste
CMV - Coletivo Mulher Vida
CNMP - Centro Nordestino de Medicina Popular
COMUNICAÇÃO E CULTURA - Comunicação e Cultura
CRIA - Centro de Referência Integral de Adolescentes
CUNHÃ - Cunha Coletivo Feminista
CURUMIM - Grupo Curumim Gestação e Parto
DIALOGU - Centro de Desenvolvimento Humano e Social
ELO - Elo - Ligação e Organização
EQUIP - Escola de Formação Quilombo dos Palmares
ESCOLA PECIRCO - Escola Pernambucana de Circo
ESPLAR - Esplar Centro de Pesquisa e Assessoria
ETAPAS - Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social
FÓRUM CARAJÁS - Fórum Carajás - Centro dos Direitos das Populações da Região de Carajás
FTM - Fundação Terra Mirim - Centro de Luz
FUNDIFRAN - Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco
GACC-CE - Grupo de Apoio às Comunidades Carentes do Ceará
GACC-MA - Grupo de Apoio às Comunidades Carentes do Maranhão
GAJOP - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares
GAMBA - Grupo Ambientalista da Bahia
GAPA-BA - Grupo de Apoio à Prevenção à Aids da Bahia

GAPA-CE - Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS do Ceará
GERMEN - Grupo de Defesa e Promoção Socioambiental
GESTOS - Gestos - HIV e AIDS, Comunicação e Gênero
GMM - Grupo Mulher Maravilha
GTNM-BA - Grupo Tortura Nunca Mais - BA
GTP+ - Grupo de Trabalhos em Prevenção Positivo
IB - Instituto Braços - Centro de Defesa dos Direitos Humanos em Sergipe
IJC - Instituto de Juventude Contemporânea
IMOPEC - Instituto da Memória do Povo Cearense
INSTITUTO BÚZIOS - Instituto Búzios
INSTITUTO TERRAMAR - Instituto Terramar
IPÊTERRAS - Instituto de Permacultura em Terras Secas
IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
IRT - Instituto de Revitalização para o Trabalho
LOUCAS DE PEDRA LILÁS - Loucas de Pedra Lilás
MENINA FELIZ - ONG Menina Feliz
MIRIM BRASIL - Movimento Infanto-Juvenil de Reivindicação
MOC - Movimento de Organização Comunitária
ODARA MN - Odara Instituto da Mulher Negra
OPN - Associação Beneficente O Pequeno Nazareno
PAPAI - Instituto Papai
PATAC - Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades
SAR - Serviço de Assistência Rural
SASOP - Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais
SEDUP - Associação SEDUP - Serviço de Educação Popular
SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa
SMDH - Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
SOMADENA - Sociedade Maranhense de Defesa à Natureza
SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia
TIJUPÁ - Associação Agroecológica Tijupá
UMBU-GANZÁ - Centro de Cidadania Umbu-Ganzá
VIDA BRASIL-BA - Valorização do Indivíduo e Desenvolvimento Ativo - Brasil (BA)
VIDA BRASIL-CE - Valorização do Indivíduo e Desenvolvimento Ativo - Brasil (CE)

Centro Oeste

ABHP - Associação Brasileira de Homeopatia Popular
ABRANDH - Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos
AGENDE - Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento
CDHDMB - Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès
CDHHT - Centro de Direitos Humanos
CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
ECO A - Ecologia e Ação
GSP - Grupo de Saúde Popular
GTC-AESS - Grupo Transas do Corpo
GTME - Grupo de Trabalho Missionário Evangélico
IBRACE - Instituto Brasil Central
INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos

ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza
MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
OPAN - Operação Amazônia Nativa
PRÓ-GENTE - Ação Cristã Pró-Gente

Sudeste

AABR - ActionAid Brasil
ABDL - Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças
ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
ABRASO - Associação Brasileira de Ostomizados
ABREC - Associação Bauruense de Apoio e Assistência ao Renal Crônico
ABTH - Associação Brasileira Terra dos Homens
AÇÃO COMUNITÁRIA-RJ - Ação Comunitária do Brasil - Rio de Janeiro
AÇÃO COMUNITÁRIA-SP - Ação Comunitária do Brasil - São Paulo
AÇÃO DA CIDADANIA - Ação da Cidadania São Paulo S/C
AÇÃO EDUCATIVA - Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação
AGENDA PÚBLICA - Agenda Pública - Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas
AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ASPLANDE - Assessoria & Planejamento para o Desenvolvimento
ASSOCIAÇÃO ABRIGO RAINHA SÍLVIA - Associação Abrigo Rainha Sílvia
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LABOR - Associação Educacional Labor
ASSOCIAÇÃO PROJETO NOVOS HORIZONTES - Associação Projeto Novos Horizontes
CAC-RJ - Centro de Atividades Comunitárias de São João de Meriti
CACES - Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais
CAMPO - Centro de Assessoria ao Movimento Popular
CAMTRA - Casa da Mulher Trabalhadora
CAPINA - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa
CARE BRASIL - Care Internacional Brasil
CASA DA ARTE DE EDUCAR - Associação Casa das Artes de Educação e Cultura
CDD-BR - Católicas pelo Direito de Decidir
CDDH-PETRÓPOLIS - Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis
CDHEP - Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo
CDI - Comitê para Democratização da Informática
CECIP - Centro de Criação de Imagem Popular
CEDAC - Centro de Ação Comunitária
CEDAP - Centro de Educação e Assessoria Popular
CEDAPS - Centro de Promoção da Saúde
CEERT - Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades
CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária

CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação
CFSS - Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde
CGGDH - Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos
CNBL - Centro Nacional Bertha Lutz
COM CAUSA - Com Causa
COR-DH - Centro Oscar Romero de Direitos Humanos
CPCD - Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento
CPI-SP - Comissão Pró-Índio de São Paulo
CRUAR BRASIL - Centro de Imprensa, Assessoria e Rádio - Criar Brasil
CRIOLA - Criola
CVI - Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro
DEFENSORES DA TERRA - Associação Ambientalista Defensores da Terra
ECOAR - Instituto Ecoar para Cidadania
ECOS - Comunicação em Sexualidade
ESPAÇO - Espaço Formação Assessoria e Documentação
FALA PRETA! - Organização de Mulheres Negras
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FÉ E ALEGRIA - Fundação Fé e Alegria do Brasil
FICAS - Fundo Internacional Socioambiental
FOAESP - Fórum das Ongs Aids do Estado de São Paulo
FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO - Fundação CDDH Bento Rubião
GAPA-SP - Grupo de Apoio à Prevenção à Aids Brasil São Paulo
GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra
GIV - Grupo de Incentivo a Vida
GNAISSE ONG - Terr'Ativa - GNAISSE ONG - Terr'Ativa
GREENPEACE - Associação Civil Greenpeace
GRUPO PELA VIDDA-SP - Grupo pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de AIDS
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBEAC - Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiróz Filho
IDACO - Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária
IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IEMA - Instituto de Energia e Meio Ambiente
IMAGEM DA VIDA - Imagem da Vida
IMDS - Instituto Marquês de Salamanca
INSTITUTO ARTE NO DIQUE - Instituto Arte no Dique
INSTITUTO AVISA LÁ - Instituto Avisa Lá - Formação Continuada de Educadores
INSTITUTO ECOS - Instituto ECOS - Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental
INSTITUTO EQUIT - Instituto Equit - Economia e Cidadania Global
INSTITUTO KAIRÓS - Instituto Kairós - Ética e Atuação Responsável
INSTITUTO PATRICIA GALVÃO - Instituto Patrícia Galvão - Comunicação e Mídia
IPF - Instituto Paulo Freire
ISA - Instituto Socioambiental
ISER - Instituto de Estudos da Religião

ISER ASSESSORIA - Religião, Cidadania e Democracia
NOVAMERICA - Novamerica
PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
PÓLIS - Pólis Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais
PRÓ-SABER - Centro de Estudos Psicopedagógicos Pró-Saber
PROFEC - Programa de Formação e Educação Comunitária
REDEH - Rede de Desenvolvimento Humano
RIOVOLUNTARIO - Riovoluntário
RME - Rede Mulher de Educação
RODA VIVA - Associação Projeto Roda Viva
SFB - Solidariedade França-Brasil
SMM - Serviço à Mulher Marginalizada
SOF - Sempre Viva Organização Feminista
SOS MATA ATLÂNTICA - Fundação SOS Mata Atlântica
UNIRR - União de Redes de Radiodifusão pela Democracia - Escritório Brasileiro da AMARC
VISÃO MUNDIAL - Visão Mundial Brasil
VIVENDO - Instituto Vivendo de Desenvolvimento Integral da Terceira Idade

Sul

ADITEPP - Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos
AMENCAR - Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente
ASPA - Apoio, Solidariedade e Prevenção à Aids
ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
AVICITECS - Associação Vianei de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde
CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional
CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CDHAVI - Centro de Direitos Humanos do Alto Vale do Itajaí
CDHMGB - Centro dos Direitos Humanos
CEAP-RS - Centro de Educação e Assessoramento Popular
CEBI - Centro de Estudos Bíblicos
CECA - Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria
CEDEDICA - Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente
CEFURIA - Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo
CEPO - Centro de Educação Popular
CETAP - Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CIDADE - CIDADE - Centro de Assessoria e Estudos Urbanos
DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
FLD - Fundação Luterana de Diaconia
IDhes - Instituto de Estudos Jurídicos de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
PROAME - Programa de Apoio a Meninos e Meninas
RURECO - Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná
UCB - União de Ciclistas do Brasil

Demonstrativo financeiro

Balanço comparativo 2013 a 2015

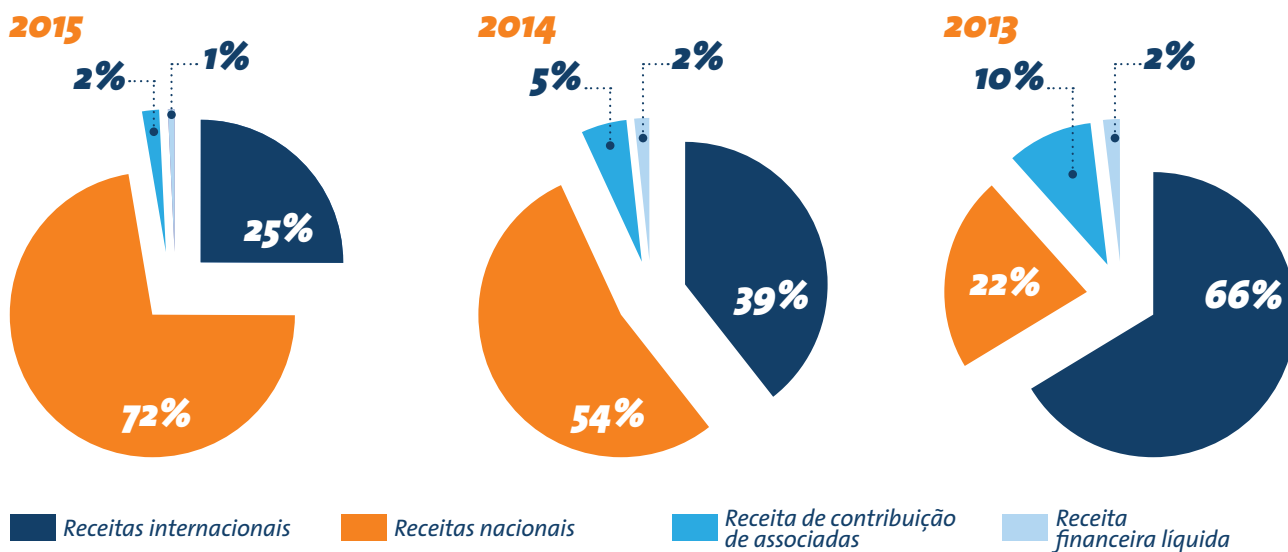
Ativo	2015	2014	2013
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	685.249,56	822.751,48	419.486,64
Outros créditos	13.595,18	13.570,57	3.954,00
Recursos de projetos a receber	73.211,29	26.475,33	28.670,99
Total do Ativo Circulante	772.056,03	862.797,38	452.111,63
Não Circulante			
Imobilizado	11.773,24	10.277,11	8.192,11
Total do Ativo não Circulante	11.773,24	10.277,11	8.192,11
Total do Ativo	783.829,27	873.074,49	460.303,74

Passivo	2015	2014	2013
Circulante			
Fornecedores	77.320,61	14.795,10	554,74
Impostos e taxas a recolher	6.915,07	8.989,14	172,16
Salários e encargos trabalhistas	52.801,12	42.617,40	5.422,33
Adiantamentos de projetos a realizar	502.532,78	707.665,11	356.080,08
Outras contas a pagar	—	—	3.280,00
Total do Passivo Circulante	639.569,58	774.066,75	365.509,31
Patrimônio Social			
Patrimônio social	107.207,74	94.794,43	147.938,46
Superávit do Exercício	37.051,95	4.213,31	—
Déficit do Exercício	—	—	53.144,03
Total do Patrimônio Social	144.259,69	99.007,74	94.794,43
Total do Passivo e Patrimônio Social	783.829,27	873.074,49	460.303,74

Demonstração do resultado do exercício 2013 a 2015

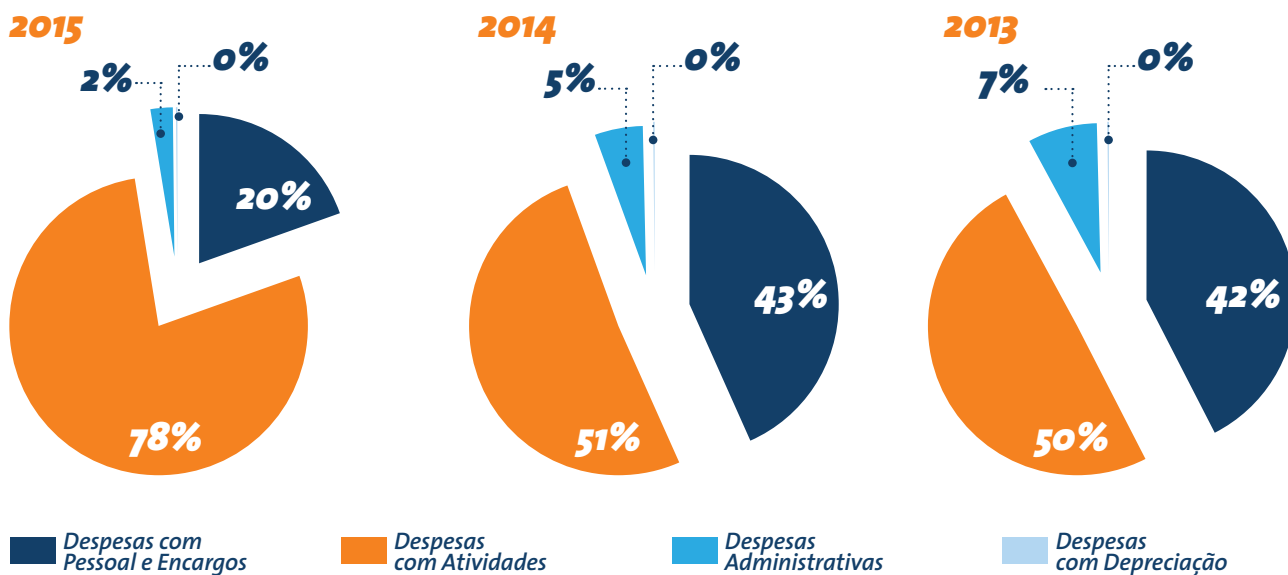
Receitas	2015		2014		2013	
Receita operacional/financeira	4.013.805,12	100%	1.622.521,54	100%	901.087,80	100%
Receitas internacionais	1.006.404,82	25%	639.561,63	39%	597.633,08	66%
Receitas nacionais	2.899.788,30	72%	871.069,08	54%	198.866,38	22%
Receita de contribuição de associadas	77.520,00	2%	83.886,92	5%	87.416,89	10%
Receita financeira líquida	30.092,00	1%	28.003,91	2%	17.171,45	2%
Receitas para realização de eventos	—		31.764,09		—	
Gestão da Cúpula dos Povos	—		31.764,09		—	
Receitas Totais	4.013.805,12		1.654.285,63		901.087,80	

Receitas do triênio



Despesas	2015		2014		2013	
Despesas operacionais	3.976.753,17		1.639.202,68		949.361,60	
Despesas com Pessoal e Encargos	777.670,98	20%	709.961,23	43%	403.002,37	42%
Despesas com Atividades	3.096.926,71	78%	838.244,60	51%	471.313,25	50%
Despesas Administrativas	95.817,36	2%	85.086,85	5%	71.143,82	7%
Despesas com Depreciação	6.338,12	0%	5.910,00	0%	3.902,16	0%
Despesas com realização de eventos	–		10.869,64		4.870,23	
Despesas Cúpula dos Povos	–		10.869,64		4.870,23	
Despesas Totais no período	3.976.753,17		1.650.072,32		954.231,83	
Superávit do Exercício	37.051,95		4.213,31		-53.144,03	

Despesas do triênio



DIREÇÃO EXECUTIVA GESTÃO 2013/2016

Adriana Ramos	ISA - Instituto Socioambiental (DF)
Damien Hazard	Vida Brasil (BA)
Ivo Lesbaupin	Iser Assessoria – Religião, Cidadania e Democracia (RJ)
Raimundo Augusto de Oliveira (Cajá)	Equip – Escola de Formação Quilombo dos Palmares (PE)
Vera Maria Masagão Ribeiro	Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação (SP)

Conselho Diretor

ACRE

- Maria Jocileide Lima de Aguiar
RAMH - Rede Acreana de Mulheres e Homens

BAHIA

- Edmundo Ribeiro Kroger
Cecup - Centro de Educação e Cultura Popular
- Renato Cunha
Gamba - Grupo Ambientalista da Bahia

PARÁ

- João Daltro Paiva
Apacc - Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes

PARANÁ

- Andreia Fiorese Vansetto Soares
Assesoar - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

PERNAMBUCO

- Alessandra Nilo
Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero

RIO DE JANEIRO

- Eleutéria Amora da Silva
Camtra - Casa da Mulher Trabalhadora
- Wanda Lucia Branco Guimarães
Cedaps - Centro de Promoção da Saúde

RIO GRANDE DO SUL

- Mauri José Vieira Cruz
Camp - Centro de Assessoria Multiprofissional
- Vitor Hugo Hollas
Capa - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

SANTA CATARINA

- Natal João Magnanti
AVICITECS - Associação Vianei de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde

SÃO PAULO

- Paulo Roberto Padilha
IPF - Instituto Paulo Freire
- Alexandre Isaac
Cenpec - Centro de Pesquisas em Educação e Cultura e Ação Comunitária
- Belloyanis Monteiro
Fundação SOS Mata Atlântica

TOCANTINS

- Sílvia Patrícia da Costa
CDHP - Centro de Direitos Humanos de Palmas

Equipe

Desenvolvimento Institucional
Helda Oliveira Abumanssur

Administrativo
Marta Elizabete Vieira
Fabio Alves Fernandes

Comunicação
Amanda Proetti
Marcela Reis

Relações Internacionais
Maíra Villas-Bôas Vannuchi
Otávio Igreja

Capacitação
Renata Pistelli

Observatório da Sociedade Civil
Nicolau Soares

Assistência de Projetos
Carolina de Moura Brabati

Relatório Trienal 2013-2016

Coordenação Editorial
Helda Oliveira Abumanssur

Edição
Amanda Proetti

Redação
Lilian Romão

Revisão
Maurício Ayer
Amanda Proetti

Projeto gráfico e diagramação
Thiago Balbi

Apoio na implementação de projetos entre fevereiro de 2013 e março de 2016



